

O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO

Processo de um Racismo Mascarado

MAIS UM LANÇAMENTO
PAZ E TERRA UMA EDITORA
A SERVIÇO DA CULTURA



O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO

Processo de um Racismo Mascarado



30.4510981
Nº3g

de
Florestan Fernandes

ABDIAS DO NASCIMENTO

ABDIAS DO NASCIMENTO

“O primeiro revolucionário será o anunciador da alma negra”. Com esta frase de Sartre, abria Abdias do Nascimento seu “Prólogo para brancos” – introdução de sua antologia de dramas para negros. Neste livro de agora, o grande anunciador da alma negra no Brasil e, pois, para a colocação sartreana, o revolucionário maior das estruturas políticas, culturais, econômicas, éticas e sociais deste país, marca com ferro em brasa a hipocrisia do sistema nacional brasileiro. A hipocrisia, aliás, dos sistemas brancos do Ocidente, especialmente aqueles que se incorporaram na maldição da escravidão, e prosperaram à custa do sangue, do suor e das lágrimas do negro. O sangue, em todos os sentidos, o sangue propriamente dito, derramado no esgástulo e na morte, e bebido nas veias da raça branca.

A má consciência do universo branco empreendeu, especialmente no Brasil, uma forma singular e abominável de redenção de seus próprios crimes, com a contrafação de uma redenção dos negros: – a invenção, ou antes, a impostura da mestiçagem – a construção da meta-raça – que não consegue mais, entretanto, para a investigação científica e o julgamento da consciência moral, tapar com a peneira de uma suposta democracia racial a espantosa realidade do genocídio dos negros no Brasil. E a palavra genocídio vai aqui empregada com toda a sua carga de horrores.

Genocídio. A palavra não é antiga, e nenhum dos grandes dicionários do passado a registra. Parece que foi cunhada durante a Segunda Guerra Mundial, para definir a hecatombe do povo judeu sob o nazismo. Foi preciso acionar a indignação, a inteligência e o prestígio mundial do povo de Israel, para que se tomasse conhecimento de um delito praticado impunemente ao longo da história contra outras nações, outros povos, outras raças, outras religiões, outras culturas. Contra os negros, especialmente, não 5 ou 6 milhões, mas de 200 a 400 milhões, abatidos durante séculos, como as árvores do pau-de-ébanho, e vendidos como pau-de-ébanho ou como animais nos mercados de gado humano. Já não matam mais fi-

1501030748



"O primeiro revolucio-
dor da alma negra". C
abria Abdias do Nas
para brancos" - intro
de dramas para negros
grande anunciador da
pois, para a colocaçã
nário maior das estru
econômicas, éticas e s
com ferro em brasa a l
cional brasileiro. A hi
mas brancos do Ocide
les que se incorporara
vatura, e prosperaram
suor e das lágrimas do
dos os sentidos, o sar
derramado no esgástu
nas veias da raça bra

A má consciência
preendeu, especialme
singular e abomináve
prios crimes, com a c
ção dos negros: - a
postura da mestiça
meta-raça - que não
to, para a investigaç
to da consciência mo
uma suposta democ
realidade do genocíd
a palavra genocídio
toda a sua carga de

Genocídio. A pa
nhum dos grandes c
gistra. Parece que
gunda Guerra Mu
tombe do povo jud
so acionar a indi
prestígio mundial e
se tomasse conheci
do impunemente a
outras nações, out
tras religiões, out
gros, especialment
de 200 a 400 milhõ
como as árvores d
como pau-de-éban
cados de gado hui

O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO

PROCESSO DE UM RACISMO MASCARADO

Copyright © by Abdias do Nascimento, 1978

Capa: Jayme Leão
Supervisão gráfica: Luiz Carlos Rodrigues Calazans

N.º CLASS.	301.4510981
	N 193 of
TOMBO	30748 xx 0

A

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S/A
Rua André Cavalcanti, 86,
Fátima, Rio de Janeiro, RJ.

1978
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Livros do mesmo autor:

- Sortilégio* (mistério negro). Teatro Experimental do Negro: Rio de Janeiro, 1960.
- Dramas para negros e prólogo para brancos* – antologia de teatro negro-brasileiro. Teatro Experimental do Negro: Rio de Janeiro, 1961.
- Teatro Experimental do Negro – Testemunhos* (organizador do volume). GRD: Rio de Janeiro, 1966.
- O negro revoltado*: GRD: Rio de Janeiro, 1968.
- "Racial Democracy" in Brazil: Myth or Reality?* edição em inglês do presente volume, traduzido por Elisa Larkin do Nascimento, Sketch Publishing Co., Ibadan, 1977.

A primeira edição da versão em inglês deste livro, *"Racial Democracy" in Brazil: Myth or Reality?*, feita por Elisa Larkin do Nascimento, é do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ife, Ile-Ife, 1977. A segunda edição em inglês, revista e aumentada, foi publicada por Sketch Publishing Co., Ibadan, 1977. Esta é a primeira edição do original em língua brasileira. Copyright © 1978 by Abdias do Nascimento.

Próximas publicações

Sortilege (Black Mystery) – edição em inglês. Third World Press: Chicago, 1978.

Afro-Brazilian Theater (An Anthology of Seven Plays) – edição em inglês de *Dramas para negros e prólogo para brancos*.

Mixture or Massacre? Essays in the Genocide of Black Brazil – uma coleção de discursos e ensaios em inglês, traduzidos por Elisa Larkin do Nascimento. 1978.

IN MEMORIAM

PIO ZIRIMU, diretor do Colóquio do Festac 77, escreveu uma carta ao autor deste livro, datada em 15 de dezembro de 1976, da qual transcrevemos abaixo os seguintes excertos:

Lamento que você não tenha recebido antes notícias minhas. Eu só tenho de confessar que falhei. Não fui capaz de conseguir que seu trabalho fosse aceito pelo Estabelecimento. (...) Estou convencido que o material deve ser publicado. (...) Espero que as forças da história ainda trabalharão, continuarão a trabalhar, para trazer à luz o que você tão claramente disse em seu trabalho.

Até o instante de sua morte a 30 de dezembro de 1976, Pio Zirimu dedicou-se completamente ao esforço de transformar o Colóquio num evento cultural de verdadeira significação histórica para África e para os negros de todo o mundo. À realização de tal objetivo êle sacrificou sua vida. Nos deixou um legado de trabalho corajoso e honesto, um raro modelo de integridade pessoal. O professor Zirimu merece nosso respeito e profunda gratidão.

A. N.

para
Florestan Fernandes
exemplo de integridade científica
e
coragem humana

GENOCÍDIO – geno-cídio

O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a extinção de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo.

(Webster's Third New International Dictionary of the English Language, Massachusetts, 1967.)

GENOCÍDIO – geno-cídio

Genocídio s.m. (neol.) Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos.

Ex.: perseguição hitlerista aos judeus, segregação racial, etc.

Dicionário Escolar do Professor

Organizado por Francisco da Silveira Bueno

Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1963, p. 580.

SUMÁRIO

Prefácio: Florestan Fernandes.....	19
Prefácio à edição nigeriana: Wole Soyinka	23
Prólogo: a história de uma rejeição	25
I. Introdução	41
II. Escravidão: o mito do senhor benevolente	48
III. Exploração sexual da mulher africana	61
IV. O mito do "africano livre"	65
V. O embranquecimento da raça: uma estratégia de genocídio ..	69
VI. Discussão racial: proibida	78
VII. Discriminação: realidade racial	82
VIII. Imagem racial internacional	88
IX. O embranquecimento da cultura: uma outra estratégia de genocídio	93
X. A perseguida persistência da cultura africana no Brasil	101
XI. Sincretismo ou folclorização?.....	108
XII. A bastardização da cultura afro-brasileira	114
XIII. A estética da brancura nos artistas negros aculturados ...	123
XIV. Uma reação contra o embranquecimento: o Teatro Experimental do Negro	129
XV. Conclusão	136
Referências	142
Documento I: Relatório Minoritário: Colóquio Festac 77	149
Documento II. Teatro negro-brasileiro: uma ausência conspícua .	159
Documento III: Arte afro-brasileira: um espírito libertador	171

Prefácio

São tantos e tão profundos os laços que me prendem a Abdias do Nascimento, que enfrento um compreensível acanhamento em apresentar esta obra ao público brasileiro. Estamos no mesmo barco e dando o mesmo combate – não de hoje, mas há anos. Persistimos por uma questão de caráter e de formação política. E se algo nos separa, é o vulto de sua contribuição, comparada com a minha. Eu fui acusado de identificação moral e psicológica com o negro. Ele é o negro militante que não pode ser acusado por ninguém, e, por ventura, o que não desistiu depois que todas as bandeiras se arriaram. Portanto, o que nos distingue é a qualidade de sua contribuição e o valor de sua atividade.

Nesses dois pontos, há que tomar em conta uma pedagogia e uma política. A pedagogia se consubstancia no Teatro Experimental do Negro, que ele inventou como um expediente revolucionário, que abalasse as estruturas mentais do negro, destruindo uma auto-imagem reflexa destruidora, e que expusesse a hipocrisia racial do branco a uma crise irreversível. A política aparece na guerrilha a descoberto e permanente: fustigar as causas e os efeitos do "preconceito de cor" sem qualquer concessão, entre os brancos e entre os negros – e contra ambos, quando eles se revelassem indignos da lição. Em conseqüência, a denúncia da propalada democracia racial se convertia em fato político e passava a contar como fator de erosão da ideologia racial oficial.

Este livro repõe, de novo, todo o significado da presença de Abdias do Nascimento na agitação do problema africano no Brasil (e não mais do "problema racial brasileiro"). Ele não pede "as migalhas do banquete" e tampouco perde tempo com a "questão da justiça à gente

negra". Isso ficou para o passado, para as agitações e os movimentos das décadas de 30 e de 40. Como não é branco e liberal, como Nabuco, não toma as vestes do paladino da "causa do negro"; e como não acredita que se possa fazer qualquer coisa antes de uma autêntica revolução democrática, também não se apega ao fomento de uma contra-ideologia racial de autodefesa e de contra-ataque. Limpa e claramente retoma a ação direta dos quilombolas, centrando suas baterias na luta pela liberação do negro e do mulato de tantas e tão variadas servidões visíveis e invisíveis.

Vejo neste livro três contribuições novas, para as quais convém chamar a atenção do leitor. Primeiro, a mais importante de todas: a configuração do protesto negro no contexto histórico do último quartel do século XX. Depois de algumas arrancadas audaciosas e incompreendidas, principalmente nas décadas de 20, 30 e 40, o negro aceitou a tática do que parece ser o "caminho viável" e "mais fácil": o da infiltração individual, das compensações pessoais, que simplifica as coisas e revela que "o negro de alma branca" é tão competente quanto qualquer outro, nacional ou estrangeiro. Por que não? Abriram-se novas vias de ascensão econômica, social, cultural e política. Não são muitas mas aparecem em vários níveis. Por que não aproveitá-las no melhor estilo convencional, posto em prática pelos brancos? São vias que levam, com frequência, à proletarização (a transformação real em trabalhador livre e a integração às classes trabalhadoras) e, algumas vezes, a posições cobiçadas (para alguns, nas chamadas "classes médias"; para poucos, nas "classes altas"). Essa tática é suicida, no plano coletivo: ela pressupõe a acesalização da população negra. Seu talento é transferido para os estratos sociais da "raça" dominante e passa a ser utilizado na mais estrita defesa da ordem. Todavia, esse é o preço a ser pago pela conquista de "um lugar ao sol". Todavia, de modo indireto ela é construtiva, pois cria, aos poucos, um novo negro, que força a reeducação do branco na avaliação do negro e do mulato e põe em cheque os estereótipos ou os estigmas raciais. Estamos, pois, em um clima pouco propício ao reencetamento do protesto negro. Abdias não só o retoma; ele o reequaciona política e socialmente. Não fala mais em uma "Segunda Abolição" e situa os segmentos negros e mulatos da população brasileira como estoques africanos com tradições culturais e um destino histórico peculiares. Em suma, pela primeira vez surge a idéia do que deve ser uma sociedade pluri-racial como democracia: ou ela é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade pluri-racial democrática. A hegemonia da "raça" branca se contrapõe uma associação livre e igualitária de todos os estoques raciais.

A segunda contribuição se vincula ao uso sem restrições do conceito de genocídio aplicado ao negro brasileiro. Trata-se de uma palavra terrível e chocante para a hipocrisia conservadora. Contudo, o que se fez e se continua a fazer com o negro e com seus descendentes merece outro qualificativo? Da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso: Aí não entra nem uma figura de retórica nem um jogo político. Quanto à escravidão, o genocídio está amplamente documentado e explicado pelos melhores e mais insuspeitos historiadores. A Abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão-de-obra escrava ainda possuía utilidade. E posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas. Contra Abdias se pode dizer que essa realidade não foi, ainda, suficientemente estudada pelos cientistas sociais. Mas, ela é conhecida e suas proporções não são ignoradas, pelo conhecimento de senso comum, pela experiência direta de negros e mulatos pobres e por evidências de investigações parciais, que apanham uma ou outra fatia da sociedade brasileira. Portanto, o genocídio ocorreu e está ocorrendo; e é um grande mérito de Abdias do Nascimento suscitá-lo como tema concreto. Com isso, ele concorre para que se dê menos ênfase à desmistificação da democracia racial, para se começar a cuidar do problema real, que vem a ser um genocídio insidioso, que se processa dentro dos muros do mundo dos brancos e sob a completa insensibilidade das forças políticas que se mobilizaram para combater outras formas de genocídio.

A última contribuição está toda ela concentrada no capítulo 15, de conclusão. Há uma passagem construtiva do diagnóstico e da condenação para sugestões práticas. Fugindo à hipocrisia e à tolerância calculada dos opressores e à impotência dos oprimidos, Abdias do Nascimento propõe uma série de medidas que poderiam configurar a construção de um novo futuro no presente. Essas sugestões demarcam a diferença essencial que existe entre uma pseudodemocracia racial e o que deveria ser uma sociedade pluri-racial democrática. Muitos dirão que ele se apega a uma utopia e que, sob o capitalismo, nada se conseguirá. Aí está uma discussão acadêmica. Sob o capitalismo é possível fazer algumas transformações e urge partir da ordem existente para fomentar uma democratização profunda de todas as esferas de vida. Sabemos que o Brasil ainda não forma uma comunidade política verdadeiramente nacional (pois a maioria ainda está excluída da participação efetiva e eficiente dos direitos civis e políticos) e que também ainda não é uma sociedade democrática (pois o poder está institucio-

nalmente concentrado no tope das classes possuidoras e de seus setores dirigentes). Nada disso impede que as reivindicações democráticas, igualitárias e libertárias sejam proclamadas e, o que é mais importante, que se lute por sua implantação nas condições existentes. Vistas desse prisma, as proposições de Abdias são congruentes e decisivas. Elas mudam a qualidade das exigências do negro e do mulato, bem como os rumos de sua relação com a revolução democrática na sociedade brasileira.

Não pretendia escrever um prefácio e, de fato, não o fiz. Limitei-me a estreitar as mãos de um companheiro de luta e a solidarizar-me com ele. Acredito que estamos certos e creio, firmemente, que em breve o significado histórico da missão que Abdias do Nascimento se impôs será reconhecida e receberá forte apoio de todos aqueles que lutam pela causa da democracia no Brasil.

São Paulo, 10 de Julho de 1978
Florestan Fernandes

Prefácio à edição nigeriana

O refrão favorito de um meu colega é: nós, os africanos, somos uma raça descuidada. Este suspiro eloqüente me ocorreu durante vários trechos de "Racial Democracy" in Brazil, de Nascimento. O qual é, talvez, o mais forte argumento a favor de uma constante, continuada reavaliação da posição do negro em qualquer situação social na qual ele se encontre – em seu próprio solo, governado por seu próprio povo, ou, transplantado para outras terras, e entre outras raças. De que outra forma, por exemplo – a não ser como uma generosidade mental descuidada que linda com a autonegação de si mesmo podemos descrever a aceitação, durante o FESTAC '77, de um delegado das afro-américas que, a propósito do Primeiro Festival Mundial de Artes Negras, Dakar, 1966, declarou:

"... no que se refere à dimensão histórica, parece que existe um certo sentimento de inferioridade que é africano. Assim não é possível apresentar um texto histórico correndo paralelo àquele dos países ocidentais."

Porém, isto é o que os organizadores do FESTAC fizeram. Não só admitiram o autor daquela afirmação, um branco, como um delegado oficial do Brasil, mas ainda excluíram a participação do Professor Abdias do Nascimento, um negro que vem persistente e apaixonadamente propondo e demonstrando uma contra-opinião à respeito do negro, sua criatividade e sua história.

E este fato, um só entre um milhão de exemplos análogos, fornece seu próprio suporte para a tese justificativa dos argumentos de Nascimento, isto é, que existe uma censura que vai de sutil-aberta, na discussão da anomalia racial que é o Brasil; que a casuística que reforça esta censura é a causa e a excusa da inatividade

numa situação que requer ação corretora; ainda mais, que este processo encoraja e perpetua a anomalia, assim tornando possível, por exemplo, para uma nação africana, numa reunião negro-africana, aceitar como porta-voz de povos negros uma antipática, até mesmo hostil testemunha da história do negro; e permitir a tal estrangeiro participar em deliberações que crucialmente afetam a auto-definição do negro e o planejamento do seu futuro.

Conforme Nascimento declara em sua introdução, ele não está "interessado em exercer qualquer tipo de ginástica acadêmica, imparcial e descomprometida." O ensaio que segue está, de qualquer maneira, apoiado em selecionada referência cujo propósito central é prover um *background* da formulação intelectual do Brasil branco, para explicar uma realidade negra atual que ele estabelece como sua preocupação principal e urgente. Naturalmente haverá desacordo sobre a análise que Nascimento faz da realidade racial brasileira, tanto historicamente, quanto em suas operações contemporâneas. A expressão *genocídio* chocará, sua aplicação, particularmente ao fenômeno do desaparecimento da "mancha negra" no Brasil, talvez parecerá demasiadamente sutil e emotiva. Ainda o formidável conjunto de estatísticas narra sua própria história inquietante, e as leis imigratórias citadas, de seleção racial e ainda não revogadas, são clamorosas em sua acusação. Mas no final das contas a consideração mais imediata e pertinente para nós, neste momento, indubitavelmente permanece: quem são as testemunhas autênticas da condição do negro nesta etapa da sua história? Será o transcrito observador do Festival de 1966, ainda uma vez mais delegado da zona afro-americana? Ou são os artistas e analistas negros como Nascimento, cuja contribuição ao debate, a despeito de ser ele adicionalmente um *visiting scholar* numa universidade nigeriana, foi manipulada para fora do seu caminho natural pelos homens-fortes da política da sua nação?

Wole Soyinka
University of Ife
Ile-Ife

PRÓLOGO: A HISTÓRIA DE UMA REJEIÇÃO

Basicamente este volume reproduz o ensaio que redigi para o Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negras, realizado em Lagos, entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977, a pedido do então diretor do Colóquio, Professor Pio Zirimu. O trabalho deveria ser apresentado como conferência pública na série que constituiu um dos pontos altos no desenrolar do Colóquio. Este projeto não se concretizou porque o documento foi rejeitado pelo "establishment", segundo a expressão do próprio Professor Zirimu em carta que me escreveu a 15 de dezembro de 1976, apenas quinze dias antes de sua morte. Alguns excertos desta carta foram transcritos à página *In Memoriam*, onde rendo homenagens a este *scholar* e irmão falecido antes que pudesse assistir à abertura do Colóquio cuja organização lhe consumiu anos de trabalho incansável.

Gostaria de relatar, ainda que resumidamente, a história da recusa do meu trabalho – evento que certamente permanecerá como um capítulo escuso suspenso sobre a cabeça dos responsáveis, especialmente porque os motivos da rejeição continuam ocultos pelo véu do segredo oficial e do mistério.

A imprensa de Nigéria permaneceu solidária com meu protesto e com minha inútil tentativa em desvelar o "mistério". O *Sunday Times*, edição dominical do *Daily Times*, um dos mais importantes diários do país, iniciou a divulgação da ocorrência publicando ampla reportagem de primeira página a 23 de janeiro de 1977, sob o título-manchete "Professor Explode", assinado por Achike Chuks Okafo. Na mesma edição, à página treze, aparece ainda breve entrevista com o autor intitulada: "The Blackman's Burden in Brazil" (A carga do negro no Brasil).

Ao fim do artigo sobre a rejeição de "Racial Democracy" in *Brazil: Myth or Reality?*, o *Sunday Times* publicou breve resposta do Coronel Ahmadu Ali, Ministro da Educação da Nigéria e Presidente do Colóquio, quando o repórter tentou conseguir uma explicação ao acontecido. Inicialmente, o Coronel Ali advertiu ainda não se encontrar à frente do Colóquio quando se fez a seleção dos trabalhos: só fôra nomeado para a função no fim de dezembro: Entretanto, o Coronel Ali mencionou as três razões que poderiam causar a recusa de qualquer contribuição, nenhuma das quais se aplicava ao caso, conforme se verificará mais adiante.

Nesta altura dos acontecimentos o assunto se havia tornado de domínio público e me encontrei assim obrigado a insistir numa resposta que explicasse e/ou justificasse a exclusão do meu *paper*. Escolhi o caminho de uma

Carta Aberta a S. Excia. Coronel Ahmadu Ali, Presidente do Comitê do Colóquio

Senhor Presidente:

Ontem, 23 de janeiro de 1977, o *Sunday Times* publicou uma reportagem relacionada à rejeição do meu trabalho "Racial Democracy" in *Brazil: Myth or Reality?*, o qual foi escrito a pedido do diretor do Colóquio, o falecido Professor Pio Zirimu. No fim do artigo, respondendo ao repórter. S. Excia. Coronel Ahmadu Ali, *Chairman* do Comitê do Colóquio e Ministro da Educação da Nigéria, apresentou três razões para a rejeição de qualquer trabalho pelo Comitê. Transcreverei da reportagem:

1. Coronel Ali "não estava consciente da rejeição de nenhum trabalho exceto aqueles que se atrasaram no prazo exigido para a submissão."
2. "Coronel Ali disse ser provável que alguns trabalhos pudessem ter sido recusados por não serem estritamente acadêmicos, ou
3. Procurarem usar o fórum de discussão para propagar crenças ideológicas." (*Sunday Times*, 23 de janeiro de 1977, p. 11.)

É óbvio que a rejeição do meu trabalho não se incluiu na primeira razão, desde que o ensaio foi escrito dentro do estrito prazo estabelecido pelo Diretor do Colóquio, fato que está claramente manifesto na carta que o falecido Professor Zirimu escreveu ao autor em 15 de dezembro de 1976.

Quanto ao segundo item citado por S. Excia. o Coronel Ali, eu estou plenamente convencido que o trabalho cumpre cabalmente as normas acadêmicas e as exigências do rigor científico; entretanto, o estudo não se imerge naquele vazio jogo escolástico que S. Excia. o General Obasanjo, Chefe de Estado da Nigéria e Grande Patrono do FESTAC, tão sabidamente condenou no discurso inaugural do Colóquio. Transcrevo o General Obasanjo:

Eu deixo vocês na esperança de que o escolasticismo estéril que freqüentemente afoga a criatividade será mantido sob reserva, e que um esforço positivo será feito para relacionar sua investigação às nossas condições sociopolíticas e econômicas.

Esta advertência contra o "escolasticismo estéril" foi, além do mais, uma das razões que me levaram a propor, na sessão plenária do Colóquio, de sábado, 22 de janeiro de 1977, que esta bela mensagem de S. Excia. o General Obasanjo fosse considerada como documento básico de trabalho, norma na preparação dos Relatórios dos vários Grupos em que se dividiram os trabalhos do Colóquio.

O terceiro ponto a ser considerado se refere à "propagação de crenças ideológicas". À página 72 do meu trabalho, já distribuído a vários membros do Colóquio, inclusive ao Presidente Coronel Ali, podemos ler que:

Hoje, nós, os negros, rejeitamos qualquer tipo ou forma de "mandato" apresentado pelo homem branco em nosso nome - nem o mandato dos representantes do capitalismo nem de qualquer ideologia político-social, doutrina ou sistema que não seja uma autêntica expressão da experiência negra, assim como dos objetivos culturais, políticos, econômicos, e humanísticos da Revolução Africana. Pensamento e ação negro-africanos baseados sobre os valores específicos da África negra, criticamente atualizados e/ou acrescidos de valores de outras origens, corretamente adaptados às necessidades e interesses africanos devem tomar uma parte agressiva na configuração da civilização ecumênica do futuro. Uma civilização aberta a todos os acontecimentos da existência humana, sem exploradores e explorados, e completamente livre de opressores e oprimidos de qualquer raça ou cor epidérmica. Nós não desejamos transferir para outros a responsabilidade que a História colocou sobre os nossos ombros.

Não há, por isso, lugar para nenhuma dúvida quanto ao conteúdo ideológico mencionado enfaticamente no meu trabalho; ele se encontra em pleno e límpido acordo com a ideologia advogada por S. Excia. o General Obasanjo em seu discurso de abertura deste Colóquio:

Eu deixo vocês com um apelo: encontrem os caminhos e os meios de abrir os impulsos criativos que habilitem os negros individualmente, as nações negras, e as organizações de tais nações, a reconquistar o controle de seus destinos. Somente assim poderá nosso povo contribuir novamente com sua quota ao progresso humano e somente assim poderão eles obter sua justa parte dos recursos do mundo.

Ainda mais: a "ideologia" do meu documento está em completo e claro acordo com outro orador da mesma cerimônia de abertura, S. Excia. o Presidente do Colóquio Coronel Ahmadu Ali, quando disse:

Nós não podemos decepcionar os africanos e os povos negros... Os povos africanos e negros têm de ser reconhecidos como uma força com a qual o mundo tem que lidar.

Em virtude do que acabamos de expor não vislumbramos uma razão válida que possa justificar a arbitrária exclusão do meu trabalho, exceto se existirem "razões de Estado" ou "razões ocultas", restringindo a liberdade de criação acadêmica bem como a pesquisa e a discussão, o que, em caso afirmativo, constituiria inadmissível censura se chocando frontalmente com os objetivos básicos deste Colóquio.

Lagos, Nigéria
24 de janeiro de 1977

Como única e sintomática resposta à leitura dessa Carta Aberta no plenário do Colóquio, o Coronel Ali afirmou mais uma vez não se achar ainda no cargo quando ocorreu a seleção. E nenhuma outra resposta foi jamais conseguida das autoridades do FESTAC. Nenhuma justificativa, explicação ou esclarecimento se ofereceu ao autor, ao plenário do Colóquio, ou ao povo da Nigéria que seguia os lances do caso através dos jornais.

O título de algumas notícias nos fornece uma idéia do clima que rodeava a questão:

Daily Sketch, outro importante diário nigeriano, a 26/1/77: "The Black Prof's Paper" (O trabalho do professor negro), página 5, assinado por Segun Adelugba;

Nigerian Observer de 28/1/77: "The Plight of Blacks in Brazil" (A desgraça dos negros no Brasil), por Mike Ogbeide; *Nigerian Punch*, em 29/1/77: "Why was my paper Rejected? - Nascimento asks Colonel Ali" (Por que meu trabalho foi rejeitado? - Nascimento pergunta ao Coronel Ali), página 3, por Nduka A Onum;

Daily Times, em 29/1/77: "Ideology that can Suit Our Cause" (Ideologia que se conforma à nossa causa), última página, por Bisi Adebisi;

Sunday Tide, 30/1/77: "Nascimento Blasts Colloquium" (Nascimento arrasa o Colóquio), por Fubara David-West.

Naturalmente o comportamento da imprensa, revelando o interesse tão vivo, ultrapassava os limites da mera curiosidade jornalística a respeito do meu trabalho: considero o fato mais como demonstração de interesse profundo pelo Brasil - o segundo maior país negro do mundo, superado em importância demográfica apenas pela própria Nigéria. Ou talvez tal interesse emergiu da constante evidência da interação econômica com o Brasil que os nigerianos constatarem permeando sua vida de todos os dias; talvez por causa dos numerosos nigerianos que retornaram do cativo no Brasil e formaram um bem conhecido bairro brasileiro, em Lagos. Não importa qual a razão ou razões; o fato é que o interesse no tema das condições do negro no Brasil foi de tal natureza que os nigerianos e sua imprensa permaneceram atentos até mesmo após o encerramento do Festival. Por exemplo, o *Daily Sketch* em seu editorial de 14/2/77 comentou sob o título "FESTAC was Grand, But..." (FESTAC foi grande, mas...):

O Colóquio, peça central do FESTAC, rejeitou o trabalho "*Racial Democracy*" in Brazil: *Myth or Reality?* do Professor Nascimento, um negro brasileiro, sem dar razões válidas para fazer isso. O falecido Professor Pio Zirimu, o ugandiano diretor do Colóquio, foi transcrito dizendo que o "trabalho do Professor Nascimento tinha sido rejeitado pelo *Establishment*"; aparentemente porque ele foi considerado ofensivo para alguns governos ou interesses. Se isto foi verdadeiro, então um grande ponto sobre o FESTAC tem sido ignorado: isto é, ele é mais um acontecimento de povos-para-povos que de governos-para-governos, mesmo que os contingentes nacionais possam ter sido patrocinados por seus respectivos governos. (página 3)

A 18/2/77, o *Daily Times* publicou uma carta assinada por Olalekan Ajia (Kuti Hall, University of Ibadan), sob o título de "Shadow-Boxing at Colloquium" (Boxeando fantasmas no Colóquio) (página 13), na qual o missivista condena a rejeição do estudo e a maneira sigilosa sob a qual os responsáveis esconderam as razões da decisão.

Pelas razões salientadas pelo *Daily Sketch* em seu editorial, isto é, de que a conferência deveria ser um encontro de povos e indivíduos antes que de governos, este mesmo diário tomou a decisão de transmitir na íntegra, diretamente ao povo da Nigéria, a mensa-

gem dos negros brasileiros contida no trabalho. Assim o *Sketch* publicou o ensaio, dividido em cinco capítulos, nos dias 11, 12, 14, 15, e 16 de fevereiro de 1977, sob o título geral de "The do Nascimento Paper" (O ensaio de Nascimento).

O interesse em torno do "caso" atingiu nível internacional, atravessando as fronteiras da Nigéria. Um exemplo temos no jornalista português Antônio de Figueiredo, que desde Lagos escreveu longo artigo intitulado "Brasil FESTAC '77", publicado no *Diário Popular*, de Lisboa, em 23/2/77. Depois de se referir à minha entrevista ao *Sunday Times* como um "olho negro na imagem do Brasil", o cronista prossegue colocando o dedo na ferida:

Significativamente, e com certo escândalo, a comunicação do professor Nascimento "*Democracia racial*" no Brasil: *Mito ou Realidade?* não foi aprovada...

Prossequindo seu raciocínio o escritor começa a levantar a ponta do véu encobrendo o segredo que envolvia a questão:

Altos interesses diplomáticos, diretamente ligados às crescentes relações brasileiro-nigerianas, levantaram-se e o professor Nascimento recebeu uma resposta de recusa.

Figueiredo ajuda a iluminar as defesas encobertas da ideologia brasileira:

... a língua portuguesa e a longa tradição de censura sobre questões raciais têm contribuído para manter o Brasil "resguardado" da atenção das correntes principais do pan-africanismo e negritude.

E então sabiamente adverte o escritor:

Mas que os nossos amigos brasileiros não se equivoquem acerca da validade da tese do professor Nascimento e aprendam com a experiência portuguesa. (...) E embora o racismo entre portugueses e brasileiros tenha a condição de pecado, o que é fato é que se peca a todo o momento.

Em forma de livro mimeografado, o trabalho foi editado pelo Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ifé, e foi distribuído aos participantes do Colóquio. Esta edição de duzentos exemplares provocou muita discussão e curiosidade. Uma manifestação do ativo interesse inspirado pelo volume se encontra na proposta de um delegado de Zambia ao *Grupo IV: Civilização Negra e Consciência Histórica*. (Os participantes do Colóquio se dividiram em cinco Grupos de Trabalho a fim de facilitar a discussão tópica das teses apresentadas sob a rubrica de um dos dez subtemas; entretanto durante a primeira semana, todos os colóquios se reuniram diariamente, pela manhã, em sessão plenária para a série de Conferências Públicas, dedicando a parte da tarde

aos trabalhos de grupo. Na segunda semana quase todo o dia houve sessões plenárias para discutir os Relatórios de Grupo e suas recomendações.) Assim foi que o delegado de Zambia, a 26 de janeiro, propôs na reunião do Grupo IV que se tomasse em consideração, em suas recomendações, as sugestões e a denúncia que eu havia feito através de várias intervenções nos debates do Colóquio.

Foi também neste Grupo que o Professor Fernando A. A. Mourão, delegado oficial do Brasil, apresentou seu trabalho *The Cultural Presence of Africa and the Dynamics of the Sociocultural Process in Brazil*¹ (A presença cultural da África e a Dinâmica do Processo Sociocultural no Brasil), o qual comentarei mais tarde no texto deste volume. O Relatório do Grupo IV, preparado pelo *Rapporteur* (relator) Dr. Aleme Eshete, da Etiópia, contém o seguinte comentário a propósito dessa contribuição do Brasil:

O orador brasileiro disse que a cultura africana tanto tem penetrado na sociedade brasileira que hoje é difícil compreender a cultura brasileira sem compreender a cultura africana. Os participantes souberam pelo mesmo autor que o Brasil era uma sociedade multiracial e multicultural. Entretanto, esta afirmação foi fortemente desafiada por outro Professor brasileiro, Nascimento, o qual disse que no Brasil a côr negra era considerada inferior e que os brasileiros com sangue africano sofriam discriminação.²

Entre as Recomendações aprovadas por esse Grupo de Trabalho e inscrita no mesmo relatório havia a seguinte:

5. *Contribuição cultural Africana no Brasil, Suriname, e Índia Dravidiana:*

Os membros deste Colóquio recomendam que em vista do forte protesto do professor Nascimento, uma investigação seja feita sobre as condições dos negros no Brasil, para se verificar se há ou não discriminação contra os negros e a cultura africana.

Que outras pesquisas sejam realizadas sobre a posição da assimilação e da contribuição dos africanos no Brasil.³

No plenário do Colóquio do dia 29 de janeiro se discutiu o Relatório e as Recomendações do Grupo IV. Tal sessão constituiu um evento verdadeiramente histórico nos anais da imagem internacional do Brasil.

Devo primeiramente mencionar que os delegados oficiais do Brasil – cerca de cinco ou seis – durante o decorrer de todas as sessões plenárias do Colóquio nem por uma única vez se dignaram abrir a boca para articular qualquer comentário, sugestão, crítica

ou emenda ao que se discutia. Eles optaram pela absoluta e total omissão: até mesmo quando a discussão afetava diretamente o Brasil. Em uma das sessões plenárias propus que o português fosse considerado como uma das línguas oficiais em todos os futuros Festivais, Colóquios ou qualquer outro encontro do mundo negro-africano. Esta proposta se baseava no fato de existir enorme população africana, no continente e fora dele, usando a língua portuguesa: não apenas os sessenta ou mais milhões de descendentes africanos no Brasil, como também os africanos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Parece óbvio que tão grande parcela da família africana não devesse ser obrigada a se submeter não só à imposição colonial de uma língua – a portuguesa – mas por acréscimo ser recolonizada por seus irmãos africanos através do uso compulsório do francês e do inglês exigido, por exemplo, pelos dois Festivais, como os únicos idiomas permitidos.

Esta proposta foi aprovada na sessão plenária do dia 29 de janeiro. Aprovação esta obtida sem nenhum apoio da delegação oficial do Brasil, a despeito da consequência imediata que tal medida teria sobre a população negra do país. A proposta teve, não obstante, o suporte e a defesa do Dr. Maulana Ron Karenga, ilustre combatente da luta libertária dos irmãos negros dos Estados Unidos.

A recomendação nº 5, do Grupo IV, citada anteriormente, foi o único e singular item entre todos discutidos nas sessões plenárias, que mereceu a atenção e resposta dos delegados oficiais brasileiros. A discussão deste tópico foi iniciada pelo Dr. George Alakija, que leu umas poucas palavras dizendo mais ou menos o seguinte:

Eu sou representante permanente do governo brasileiro junto ao FESTAC.

Eu sou meio brasileiro e meio nigeriano. A proposta em discussão é de natureza política. O professor Nascimento não é um delegado oficial neste Colóquio, por esta razão não pode fazer nenhuma proposta.

Se esta recomendação, de sentido político, fôr aprovada, ela criará complicações e dificuldades nas relações entre o Brasil e Nigéria.

A ameaça implícita nas palavras do Dr. Alakija provocou intensa expectativa no plenário. Foi quando o Coronel Ali, Presidente do Colóquio, proferiu calmamente e com dignidade exemplar a fulminante resposta:

– Não, para Nigéria não haverá nenhuma dificuldade e nenhum embaraço.

Em verdade, estava óbvio para o plenário a falta de fundamento na tentativa do delegado oficial brasileiro de afogar a recomen-

dação sob a alegação de que o membro não-oficial não tinha autoridade para fazê-la. O autor da recomendação havia sido um delegado oficial africano (de Zâmbia) e fôra aprovada por todo o Grupo IV.

Não obstante, o debate prosseguiu no seu curso. Vários delegados se manifestaram antes que a palavra me fosse concedida. Quando enfim pude falar, lamentei de início, o fato de que em lugar de argumentos contrariando minhas afirmações, o delegado oficial do governo brasileiro tivesse simplesmente focalizado, aliás impertinentemente, questão de natureza burocrática no conhecido tom brasileiro de repressão policial. O comportamento do Dr. Alakija – como também idêntico comportamento do Professor Mourão no Grupo IV exibiram para quem ainda necessitasse de “provas” objetivas do caráter da nossa “democracia racial”, o respectivo autêntico e grosseiro *strip-tease*. Pois diante da assembléia de todo o mundo negro-africano, através desses delegados, o Brasil reiterou uma vez mais sua habitual insensibilidade à voz de um descendente africano, tentando silenciá-la. Ainda mais chocante: o Brasil não trepidou em publicamente confirmar sua arrogância face aos países soberanos da África, ameaçando abertamente a Nigéria em seu próprio solo! Voltando à recomendação em debate: não era eu o seu proponente e a considere desnecessária por já existirem várias pesquisas a respeito, inclusive trabalhos patrocinados pela UNESCO e feitos por Florestan Fernandes, Roger Bastide e vários outros. Na ocasião, ofereci ao Presidente do Colóquio uma lista, feita de memória, com cerca de trinta indicações entre autores e títulos de obras, todas revelando de uma forma ou de outra o racismo subjacente na sociedade brasileira; entre os nomes incluídos se contavam os do ganaiense Anani Dzidzienyo, dos norte-americanos Thomas E. Skidmore, Angela Gillian, Doris Turner, Carl Degler, da cubana Flora Mancuse Edwards, dos brasileiros Guerreiro Ramos, Alvaro Bomilcar, A. Silva Mello, Thales de Azevedo, Sebastião Rodrigues Alves, Arthur Ramos, Octávio Ianni, Vioti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Romeu Crusoé, etc.

Com este fundamento, e como substitutivo à recomendação em apreço, propus o seguinte:

5. *O Colóquio recomenda:*

que o Governo Brasileiro, no espírito de preservar e ampliar a consciência histórica nos descendentes africanos da população do Brasil, tome as seguintes medidas:

- a) permita e promova a livre pesquisa e aberta discussão das relações raciais entre negros e brancos em todos os níveis: econômico, social, religioso, político, cultural, e artístico.

- b) promova o ensino compulsório da História e da Cultura da África e dos africanos na diáspora em todos os níveis da educação: elementar, secundária e superior;
- c) inclua informações válidas com referência aos brasileiros de origem africana em todos os censos demográficos, assim como em outros censos tais como: natalidade e morte, casamento, crime, educação, participação na renda, emprego, mobilidade social, desemprego, saúde, emigração e imigração.
- d) demonstre seu muito autoproclamado interesse e amizade à África independente, concedendo ativo apoio material, político e diplomático aos legítimos movimentos de liberação de Zimbábue, Namíbia e África do Sul.

Esta proposta não foi aprovada. No entanto, restrito ao meu *status* de observador, tentei colaborar para que o Colóquio atingisse o objetivo para o qual foi estabelecido: a busca de um futuro de melhor qualidade para os africanos e os negros do mundo. A assembléia geral discutia o Relatório do Grupo I – Civilização Negra e Pedagogia numa outra sessão do Colóquio. Basicamente, o relatório, conforme seu preâmbulo, tratava da

grande necessidade de redefinir nossos objetivos e propósitos educacionais para refletir os permanentes e estáveis valores sociais, culturais e econômicos da África.⁴

Notando que o relatório não mencionava os africanos fora do continente, propuz ao Plenário a seguinte recomendação:

G. Educação dos africanos na Diáspora

26. Que os governos dos países onde exista significativa população de descendência africana incluam nos currículos educativos de todos os níveis (elementar, secundário e superior) cursos compulsórios que incluam História Africana, Swahili, e História dos Povos Africanos na Diáspora.

Outra proposta derrotada aparentemente sob o pretexto de que o Relatório se referia unicamente aos africanos no continente e seus respectivos governos. De qualquer maneira, os delegados ao Colóquio ficaram sabendo que no Brasil não existe, em qualquer etapa do ensino – elementar, médio e superior – cursos sistemáticos de História da África, seus povos e suas culturas. Nem os afro-brasileiros, nem os “brancos” brasileiros, estão informados dos problemas emergentes da vida africana continental ou na diáspora, sob o ponto de vista da escolaridade. A inclusão do Swahili enfatizou o apoio dos povos negros na diáspora ao projeto da União dos Escritores Africanos (*African Writers' Union*), tão convincentemente defendido por Wole Soyinka em conferência pública no Coló-

quio intitulada “The Scholar in African Society” (O *scholar* na sociedade africana). O projeto de selecionar e ensinar uma língua – o Swahili – entre todos os *Abibiman* (povos africanos e negros) do mundo é necessidade urgente. Só assim não continuaremos dependendo das elaborações conceituais da Europa para nossa internacional e entre-irmãos comunicação. Como imediatamente afirmou o Dr. Maulana Ron Karenga, a comunidade negra dos Estados Unidos estava já ativamente engajada na promoção, e no ensino, do Swahili, e não há razões para que o Brasil não possa fazer o mesmo. Uma das grandes desvantagens do afro-brasileiro em sua comunicação internacional tem sido a marginalidade da língua portuguesa; com a adoção do Swahili entre os negros do Brasil, nossa interação com nossos irmãos africanos melhoraria consideravelmente.

A exposição desses vários aspectos da realidade, em matéria de relações de raça brasileiras, contidas tanto no meu trabalho “*Racial Democracy in Brazil: Myth or Reality?*” como inclusive nas intervenções várias feitas pelo autor no desenrolar do Colóquio, habilitaram a comissão redatora do *Relatório das Minorias* do Colóquio a incluir uma seção sobre o Brasil. O *Relatório das Minorias* está publicado integralmente no fim deste volume como *Documento nº 1*.

Quanto às contribuições dos delegados oficiais do Brasil, elas foram mera repetição da linha tradicional do país: Fernando A. A. Mourão e Clarival do Prado Valladares⁵, cada um à sua maneira e em seu campo específico de interesses, deram a benção ao *status quo* desfrutado pelos afro-brasileiros; René Ribeiro⁶, Yêda Pessoa de Castro e seu marido⁷, e o Dr. Alakija⁸, produziram monografias descritivas, de pretensão caráter científico; trabalhos de cunho acadêmico naquela orientação que o Teatro Experimental do Negro, desde 1944, vem denunciando como totalmente inúteis às necessidades da população negra brasileira. Tal “ciência” em geral usa o afro-brasileiro e o africano como mero *material de pesquisa*, dissociado de sua humanidade, omitindo sua dinâmica histórica, e as aspirações de sentido político e cultural do negro brasileiro. São estudos de vista curta, em geral considerando os povos africanos e negros como “interessantes” e/ou “curiosos”; tais “estudos” vêm o negro apenas na dimensão imobilizada de *objeto*, verdadeira múmia de laboratório.

O representante permanente do governo brasileiro junto ao FESTAC, que é também um desses cientistas, merece atenção especial como expressivo exemplo de pesquisa estéril. Estudando o estado de transe na religião afro-brasileira, o Dr. George Alakija insiste no uso de rótulos e expressões pejorativas, cunhadas pelo eurocen-

trismo para descrever essas religiões, tais como “cultos primitivos” (p. 8), “religião animista” (p. 8), ou “aparência mágico-primitiva” (p. 9).

O Dr. Alakija, um psiquiatra, preocupa-se primariamente com o *cavalo*, o sacerdote afro-brasileiro que entra no estado de transe religioso para receber o Orixá. Seguindo critério de verdadeira ciência européia quando se defronta com uma cultura que ela não compreende, Dr. Alakija esquematiza sua interrogação central:

O que podemos dizer sobre os “cavalos”? São eles sujeitos à histeria ou a similares formas de desequilíbrio, cujo estado patológico é sólo fértil para germinação do complexo fenomenal? Estão eles engajados em mistificação?

Estas questões já foram tratadas e respondidas muito antes por Roger Bastide, especialista da Sorbonne e simultaneamente com responsabilidade no culto de Xangô. Bastide expõe o valor da tese sociológica, oposta à tese patológica: o que torna a crise violenta não é o terreno neuropático constituído pelo indivíduo no qual ela explode, mas o *modelo mitológico fornecido pela sociedade ao indivíduo.*⁹ (ênfase no original)

Nosso Dr. Alakija, não convencido com tais refutações, prefere se entreter no terreno patológico. Suas conclusões classificam o transe espiritual como um estado sofrônico que “não pode ser classificado nem como ordinário nem como patológico.” (p. 4)

O autor tenta aproximar-se da questão central por ele levantada através da aplicação dos conceitos da *sofrológia*, segundo ele, “uma nova disciplina científica originada em Madrid em 1960.” (p. 3) Com estes instrumentos o Dr. Alakija analisa o estado de possessão mística. Uma vez mais, a patente aplicação de perspectivas européias para fenômeno puramente africano e/ou afro-brasileiro, e a monótona repetição do comportamento científico domesticador que floresceu na Europa e nos Estados Unidos desde o século passado.

Nesse aspecto o Dr. Alakija dá continuidade a uma verdadeiramente curiosa linha da “ciência” brasileira: o interesse de quase um século demonstrado pelos *psiquiatras* no estudo das *religiões afro-brasileiras*. Foi Nina Rodrigues o ponto inicial do estudo psiquiátrico classificador do êxtase místico ao nível da histeria, ou manifestação patológica. Arthur Ramos, outro psiquiatra, foi discípulo de Nina e o seu continuador. Presentemente René Ribeiro e George Alakija corporificam essa tendência que, parece, vai-se tornando uma tradição na psiquiatria brasileira. Deixo ao leitor tirar sua própria conclusão do fato, repleto de implicações, de que no Brasil, uma das qualificações para o estudo do negro e das religiões afro-brasileiras, é ser um especialista em psiquiatria...

A tese de Nina Rodrigues, classificando o êxtase religioso como patológico, segundo Alakija (p. 10), baseia-se na Escola Salpetrière, de Paris, famosa na passagem do século XIX para o XX, e inclui a influência dos trabalhos de Pierre Janet e Charcot. O Dr. Alakija, trocando Paris por Madrid, tem certamente dado um salto radical a partir das santificadas lições de Rodrigues. Entretanto, ele toma precauções para não cair em superentusiasmos de avaliação. Ele conclui assim:

Hoje em dia não pode haver dúvidas de que as pessoas que recebam tais possessões são mentalmente saudáveis, mas rapidamente acrescenta na mesma frase, cuidando-se de exageros:

... embora isto não impossibilite que num ou noutro grupo possa haver indivíduos que apresentem evidentes anomalias patológicas. (p. 10)

Entretanto, não devemos temer o pior. O Dr. Alakija fez o exame mental em quinze pessoas, dez “cavalos” de Candomblé e cinco médiuns do espiritismo cardécista. Os resultados quanto a “nível de inteligência” e “conhecimento geral” não são terrivelmente desfavoráveis à linha de pensamento estabelecida e sacralizada por Nina Rodrigues:

EXAME MENTAL *

	N = Normal	Ab = Anormal	P = Presente	A = Ausente	P = Pobre	L = Baixo	R = Rico	H = Alto	S = Satisfatório
Número									
Sexo	F	M	F	F	F	F	F	F	F
Geral	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Comportamento	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Fala	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Humor	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Ilusões	A	A	A	A	A	A	A	A	A
Falsas interpretações	A	A	A	A	A	A	A	A	A
Distúrbios de Percepção	A	A	A	A	A	A	A	A	A
Fenômeno compulsivo	A	A	A	A	A	A	A	A	A
Orientação	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Memória	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Atenção e Concentração	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Nível de inteligência	L	L	L	L	L	L	L	L	L
Conhecimento geral	P	P	P	P	P	P	P	P	P

* Tabela tomada diretamente da página 11 da monografia. Símbolos para Ausente e Anormal são, respectivamente, Abs e Ab no original. Eles foram mudados aqui simplesmente para facilidade datilográfica.

Desta breve mostra podemos concluir da inequívoca identidade do Dr. Alakija com a do pesquisador de visão distorcida revivendo nos dias de hoje aquela "perspectiva científica" adotada por Nina Rodrigues, no começo do século. Por coincidência são ambos mulatos, baianos e psiquiatras. Coincidência que se nos afigura assaz curiosa e interessante...

Ainda um outro delegado oficial do Brasil: Antônio Vieira. Seu trabalho, intitulado *Caminho Vivencial de um Autor Afro-Brasileiro*, não foi distribuído no Colóquio, assim não podemos comentá-lo aqui. Porém assistimos ao pronunciamento que fez no Grupo de Trabalho I: um rápido comentário sobre sua própria poesia. Quem lê as poesias de Vieira fica impressionado com a nenhuma referência e engajamento do autor com a cultura, o espírito, e os problemas dos descendentes africanos no Brasil. Enquanto ouvia Vieira falar, interiormente eu lamentava a ausência de poetas negros brasileiros do porte, por exemplo, de um Osvaldo Camargo, um Eduardo de Oliveira, vozes fortes da cultura afro-brasileira e das aspirações negras, vozes vitais não domesticadas pelo Estabelecimento. Vozes evocadoras do espírito rebelde de um Solano Trindade ou da crítica sutil de um Lino Guedes, todos estes autênticos vates dos negros: da sua vida e da sua morte, das suas esperanças, das suas lutas por liberdade e dignidade.

* * * * *

Agora devo ser indulgente comigo mesmo e abrir um parêntese para evocar e celebrar certas imagens nostálgicas do FESTAC. O Colóquio revelou-se acontecimento excitante e significativo. Esperemos a pronta divulgação dos trabalhos apresentados e das Resoluções tomadas para o conhecimento geral de toda a família negro-africana. Devemos aguardar, principalmente, resultados concretos. Entretanto, o que no Colóquio se pensou, se discutiu, se esperou e se decidiu não deverá, esperemos, ficar encerrado nos arquivos mais ou menos inacessíveis desse histórico encontro da inteligência africana e negra de todas as partes do mundo.

Desde ângulo muito pessoal, e, confessemos, emocional, dificilmente poderia esquecer certas imagens que durante os trabalhos foram captadas por minha sensibilidade, gravadas na memória. Oh meus irmãos e minhas irmãs! Como esquecer aquela comunicabilidade explosiva do Dr. Maulana Ron Karenga, e a segura e discreta competência do Dr. Ron Walters, ambos da comunidade negra dos Estados Unidos? É o primeiro encontro, a tanto tempo desejado,

com o poeta Mário de Andrade, atualmente no Conselho Nacional de Cultura de Guiné-Bissau? E rever o artista e escritor Mário de Sousa Clington, sempre sorrindo a própria inquietação? Não poderia esquecer a palavra brilhante do Dr. Hussein M. Adam, da Somália, ou o reencontro com Kofi Awoonor, inescrutável novelista de Gana. E Keorapetse Kgositsile, empunhando a poesia bélica da libertação do seu país: a África do Sul... Foram todos estes momentos de intenso valor espiritual e humano. Porém houve mais: houve a comovente solidariedade de Leo W. Bertley, do Canadá, houve o homem do jazz Ted Joans, coberto com o pó, a poesia e o conhecimento histórico de Timbuktu... E o Dr. Molefi K. Asante, aquele que derrete a invulnérável neve de Buffalo com o calor do seu espírito fraterno na luta.

Proclamo e celebro agora a única personalidade que realmente galvanizou a assembléia: a dramaturga de Quênia, Dra. Mugo. Sua palavra bela e vibrante ecoará para sempre na lembrança de todos aqueles que a ouviram sob os aplausos tempestuosos dos delegados no Colóquio.

E outros encontros aconteceram, outras alegrias emergiram dos corredores, dos salões, dos restaurantes, do imenso Teatro Nacional. E então chegou a vez de acontecer Ernest Crichlow, o excelente pintor norte-americano, deslumbrado com a sabedoria de certo Babalaô de Abeocutá; e aconteceu Ola Balogun carregando no calmo olhar inquieto todos os sonhos do cinema nigeriano; e houve, e aconteceram os brasileiros, o sax extraordinário de Paulo Moura; o "papo" transado em ritmo sutil-irônico de Gilberto Gil e Caetano Veloso; a ânsia trancada na seriedade de Rubem Confete...

E a irmã Tereza Santos! Sua presença me devolveu a emoção de lugares e tempos que se foram: o Rio de Janeiro do teatro negro. Peças e ensaios, a existência tecida em danças, poesia; e no canto e na lágrima, e na esperança forjávamos um lugar para a nossa gente nos palcos brasileiros. Agora você, Tereza Santos, orgulhosamente resgatou sua cidadania original: se tornou cidadã de Angola, e colabora na edificação do teatro revolucionário de sua nova e antiga pátria-mãe...

* * * * *

Antes da abertura do Colóquio, revistas nigerianas me pediram para escrever dois artigos relacionados à contribuição do Brasil ao FESTAC '77. Ambos estão incluídos neste volume. São: *Teatro Negro do Brasil: uma ausência ostensiva* (Documento nº II), que foi publicado em *Afriscope*, revista de Lagos, edição especial dedi-

cada ao FESTAC, janeiro de 1977; e *Arte afro-brasileira: um espírito libertador* (Documento nº III), escrita para *Chindaba* (antigamente *Transição*) editada por Wole Soyinka. A edição especial sobre o FESTAC, para a qual o artigo se destinava, não foi publicada por questões técnicas de impressão.

O texto original deste volume, apresentado e rejeitado pelo Colóquio, sofreu pequenas alterações: foi revisto, e acrescentadas novas informações, fatos e comentários.

Gostaria de expressar minha gratidão aos autores citados no texto deste livro, especialmente a Thomas E. Skidmore, Florestan Fernandes, e Anani Dzidzienyo, pela fundamental contribuição de seus trabalhos. Também agradeço ao Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ifé, pelo apoio que me deu e pelo convite como Professor Visitante; isto me ensinou produzir o presente ensaio e participar no Colóquio. Minha profunda gratidão ao *Daily Sketch* por seu inequívoco e decisivo apoio durante todo o processo que resultou neste volume. Também estou em débito com Olabiyi Babalola Yai, meu coléga, pelas fontes de informação que me forneceu. Meu reconhecimento fraterno a Wole Soyinka, inteligência criativa da cultura revolucionária da África, pela enérgica solidariedade demonstrada em todo o desdobramento do caso. Finalmente meu profundo e emocionado agradecimento à minha mulher Elisa, não só pela tradução da edição em inglês, e a datilografia dos textos, mas, sobretudo, por sua total e estimulante participação nesta peripécia nada democrática de demolir mitos anti-históricos.

Em certo momento na assembléia geral do Colóquio, quando os delegados oficiais do Brasil tentavam me silenciar, levantei minha voz e me identifiquei não como representante do Brasil mas como um sobrevivente da República dos Palmares. É nesta qualidade que me reconheço e me confirmo neste trabalho.

A. N. (um quilombola dos Palmares)
Ilé-Ifé, 14 de março, de 1977

I. INTRODUÇÃO

O ensaio que desenvolverei nas páginas a seguir não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e/ou contribuições científicas. Nem está o autor deste interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e *situação* no grupo étnico-cultural a que pertencço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. *Situação* que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade.

O que o leitor encontrará nestas páginas se insere no contexto de um mero testemunho cruzado de reflexões, comentários, críticas e conclusões pertinentes às respectivas etapas do trabalho. O que logo sobressai na consideração do tema básico deste ensaio é o fato de que, à base de especulações intelectuais, freqüentemente com o apoio das chamadas ciências históricas, erigiu-se no Brasil o conceito da *democracia racial*; segundo esta, tal expressão supostamente refletiria determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas. A existência dessa pretendida igualdade racial constitui mesmo, nas palavras do professor Thales de Azevedo, "o maior

motivo de orgulho nacional”, (...) “a mais sensível nota do ideário moral no Brasil, cultivada com insistência e com intransigência.”¹⁰ Na mesma direção laudatória, o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, afirma:

a maior contribuição que nós temos dado ao mundo é precisamente esta da nossa “Democracia Racial”.¹¹

Este Colóquio, cujo escopo fundamental, de acordo com seu diretor, Professor Pio Zirimu, “abrange uma visão total da experiência coletiva do homem negro e africano”¹², tem a obrigação essencial de questionar em que extensão este tipo de relações raciais no Brasil constitui uma realidade histórica eficaz a ponto de inspirar ou sugerir modelos educacionais apropriados ao futuro desenvolvimento dos povos negro-africanos e suas culturas.

Como norma metodológica a ser observada neste trabalho desejamos inicialmente recusar discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil; estas definições designam os brasileiros ora por sua *marca* (aparência) ora por sua *origem* (raça e/ou etnia). Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo* pode negar o fato concreto de que no Brasil a *marca* é determinada pelo fator étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado *preto*, *negro*, *moreno*, *mulato*, *crioulo*, *pardo*, *mestiço*, *cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descende de escravos africanos. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas...

Há alguns “cientistas” que de fato ajudam a construir toda uma carreira com a fabricação de novos eufemismos deste porte. Um dos exemplos mais convincentes se encontra no internacionalmente famoso historiador Gilberto Freyre, fundador do chamado *luso-tropicalismo*, a ideologia que tão efetivos serviços prestou ao colonialismo português. A teoria luso-tropicalista de Freyre, partindo da suposição de que a história registrava uma definitiva incapacidade dos seres humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos (os “selvagens” da África, os índios do Brasil seriam documentos viventes deste fato), afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas, tanto na África como na América. Significativamente, um dos livros de autoria de Freyre intitula-se *O mundo que o português criou*. Sua entusiástica glorificação da civilização tropical portuguesa depende em grande parte da teoria de miscigenação, cultural e física, entre ne-

gros, índios e brancos, cuja prática revelaria uma sabedoria única, espécie de vocação específica do português. Mário de Andrade, o poeta angolano, foi um dos primeiros a efetivamente refutar este ardid colonizador.

Mais recentemente, o escritor e jornalista português Antônio de Figueiredo, escrevendo desde Lagos, Nigéria, expõe uma vez mais a real natureza do *luso-tropicalismo* gilbertofreyreano:

...as concepções e práticas de tolerância luso-tropicalista foram ultrapassadas e tornaram-se irrisórias. Tolerância, como conceito moral, implicava ainda uma arraigada, ainda que inconsciente, noção de condescendente superioridade racial.¹³

Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*; não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso notar que tal sofisticada espécie de racismo é uma perversão tão intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, diríamos, *natural*, do “branco” brasileiro. Como sempre, Freyre ilustra bem a afirmativa: ele considera Oliveira Viana como “o maior místico do arianismo que ainda surgiu entre nós”;¹⁴ entretanto Freyre não imagina, conforme observa o crítico Agripino Grieco, que *Casa grande e senzala*, o livro que o tornou famoso, foi diretamente influenciado pelo pensamento de Oliveira Viana e Alberto Torres.¹⁵

Este fértil criador de miragens não se contentou com a *morenidade*. Sua mais recente façanha está na tentativa de atrelar os africanos ao barco perdido das ilusões colonialistas:

Daí justificar-se aquele neologismo criado por sócio-antropólogo brasileiro: co-colonização. Conceito que corresponderia à caracterização do negro africano, a despeito de sua condição de escravo, como co-colonizador do Brasil com considerável influência aculturativa sobre o ameríndio, menos desenvolvido em sua cultura do que o negro africano.¹⁶

Segundo esse julgamento, os africanos seriam também responsáveis, junto com os europeus, colonizadores do Brasil, pela sistemática erradicação das populações indígenas – ato de genocídio cuja responsabilidade é exclusiva das classes dirigentes, que na sua composição total são de origem branco-européia. As populações indígenas no começo da colonização, conforme as estimativas mais

autorizadas, somavam cerca de dois milhões de seres humanos. Atualmente, como resultado ou da extinção direta, com ou sem violência, ou dos métodos de liquidação sutis e indiretos, aqueles números reduziram-se consideravelmente: não excedem a duzentos mil nos cálculos mais otimistas.

Este extermínio das populações indígenas do Brasil, constitui ainda hoje um explícito objetivo do Governo Brasileiro. A 28 de dezembro de 1976, o altamente respeitado *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, publicou uma entrevista com o Ministro do Interior, Rangel Reis. Seu ministério preside os assuntos indígenas através da Fundação Nacional do Índio (Funai), e na entrevista Reis afirma:

Vamos procurar cumprir as metas fixadas pelo Presidente Geisel para que, através de um trabalho concentrado entre vários Ministérios, daqui a 10 anos possamos reduzir para 20 mil os 220 mil índios existentes no Brasil, e daqui a 30 anos, todos eles estarem devidamente integrados na sociedade nacional.¹⁷

Um sacerdote jesuíta, Egydio Schwade, lança seu grito patético:

Poucos povos do mundo possivelmente terão conseguido resistir tanto tempo e com tão poucos recursos a uma sociedade tão bárbara e tão covarde que os invade, como o têm conseguido os bravos Waimiri-Atroari...¹⁸

Enquanto isto ocorre a fertilidade ideológica de Freyre, não contente em simplesmente implicar os africanos nesse genocídio dos índios, continua sua euforia autodeslumbrada, agora cunhando o próprio "mestre" um novo neologismo: a *metarraça*, o último, assim parece, produto da sua fantasia. A *metarraça* significaria o além-raça, suposta base da consciência brasileira. Atingiríamos neste ponto do nosso desenvolvimento demográfico uma síntese suprema: a *morenidade metarracial*, oposta aos conceitos fornecidos por arianismo e negritude, ambos classificados como racistas por Gilberto Freyre.¹⁹ É oportuno transcrever uma frase do historiador Thomas E. Skidmore comentando a total inutilidade, aos interesses do negro brasileiro, dos trabalhos de Freyre:

O valor prático da sua análise não estava, todavia em promover o igualitarismo racial. A análise servia, principalmente, para reforçar o ideal do branqueamento.²⁰

Os sofismas gilbertofreyreanos trazem ainda à mente certa passagem de Frantz Fanon:

Nesta etapa o racismo não se atreve mais a aparecer sem disfarce. Ele está inseguro de si mesmo. Em número sempre crescente de circunstâncias, o racista se esconde. (...) O pro-

pósito do racista tem se tornado um propósito assombrado pela má consciência.²¹

De fato, tanto o paternalismo, quanto o neocolonialismo e o racismo que permeiam a obra de Gilberto Freyre são mais perniciosos que todo seu elenco de eufemismos. Batizados de morenidade, metarraça ou qualquer outro nome que sua imaginação possa fantasiar, a farsa de Gilberto Freyre se desarticula na contradição de seu próprio raciocínio e de suas próprias palavras; pois o paladino das mestiçagens étno-culturais afirma que estas ocorrem entre os brasileiros

sem que signifique repúdio à *predominância* de valores culturais europeus na formação brasileira.²² (minha ênfase)

Destacado sociólogo brasileiro Florestan Fernandes escreveu o seguinte a respeito do trabalho de Freyre:

Todos os que leram Gilberto Freyre sabem qual foi a dupla interação, [entre senhores e escravos], que se estabeleceu nas duas direções. Todavia, em nenhum momento essas influências recíprocas mudaram o sentido do processo social. O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como "igual".²³

Devo observar de saída que este assunto de "democracia racial" está dotado, para o oficialismo brasileiro, das características intocáveis de verdadeiro tabu. Estamos tratando com uma questão fechada, terreno proibido sumamente perigoso. Ai daqueles que desafiam as leis deste segredo! Pobre dos temerários que ousarem trazer o tema à atenção ou mesmo à análise científica! Estarão chamando a atenção para uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta. Certamente, como sugeriu o antropólogo Thales de Azevedo, para que não "despertemos as supostas vítimas". De acordo com um estudo-pesquisa do *scholar* ganês Anani Dzidzienyo, publicado pelo Minority Rights Group, de Londres, intitulado *The Position of Blacks in Brazilian Society* (A posição do negro na sociedade brasileira), existe uma *etiquêta* envolvendo as relações de raça no Brasil, a qual permeia a sociedade que faz dela uma prática consuetudinária:

Esta etiqueta dita fortemente contra qualquer discussão, especialmente em forma controvertida, da situação racial, e assim ela efetivamente ajuda perpetuar o modelo de relações que tem existido desde os dias da escravidão. Tradicionalmente se espera que os negros sejam gratos aos brancos por generosidades que lhes foram concedidas, e que continuem dependendo dos brancos que agem como patronos e benfeitores deles; também se espera que os negros continuem aceitando os brancos como os porta-vozes oficiais da nação, ex-

plicando aos estrangeiros a natureza "única" das relações raciais brasileiras. A etiqueta decreta também que os sofismas oficiais usados para descrever a situação brasileira como uma "democracia racial" sejam aceitos sem discussão, enquanto à análise crítica ou a discussão aberta deste delicado assunto são fortemente desencorajadas.²⁴

Se omitíssemos certas palavras ou expressões como "relações raciais brasileiras" "democracia racial", etc., seria difícil distinguir, no retrato social de Dzidzenyo, se ele se refere ao Brasil ou ao sul dos Estados Unidos, tal a semelhança de características de ambos.

Essa análise, no que se refere ao Brasil, tem sua confirmação em Thales de Azevedo:

...a democracia [racial] é subtraída a discussão científica como ideologia e racionalização que é de uma realidade possivelmente ilusória.

No mesmo livro desse antropólogo encontramos mais tarde sua conclusão:

a pretendida democracia racial realmente é uma ficção ideológica...²⁵

Alguns estudiosos brasileiros e estrangeiros se têm, afortunadamente, por amor à verdade e à justiça social, armado da necessária audácia e temeridade e desafiado o oculto, realizando a exêgese do nosso processo étnico/racial. Podemos encontrar exemplos dessa coragem intelectual tanto no passado com Luis Gama, José do Patrocínio, os irmãos Rebouças, Álvaro Bomilcar, como contemporaneamente com Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Roger Bastide, Dzidzenyo e Skidmore. Estes e uns poucos mais trouxeram à luz da análise científica e da crítica o exotérico organismo dessa "democracia racial" tão compulsória quanto dogmática. Entretanto, a investigação dos cientistas e intelectuais citados, enquanto não possuindo a virtude de transformar as estruturas da sociedade que dão suporte às relações de raça, permanecerão como importantes contribuições à equação e solução dessa grave situação patológica. Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem permanecido unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da "democracia racial". Uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de "democracia racial?"

Os efeitos negativos deste exclusivismo se expressam de formas várias, inclusive no veículo-condutor básico de uma cultura e sua cosmovisão: a língua. A definição da palavra *zero*, por exemplo, nos oferece um exemplo limite; na mais proeminentemente autorizada tradução Português-Inglês: o *New Appleton Dictionary of the English and Portuguese Languages*, deparamos:

black (blaek). I. s. prêto, negro (cor, raça); mancha; luto. - in bl. (com.) com saldo credor, do lado do haver, sem dívidas. II. a. prêto, negro, escuro; sombrio; lúgubre; tétrico; tenebroso; sinistro; mau; perverso; hostil; calamitoso; desastroso; mortal; maligno. III. vt. e vi. enegrecer; pintar de prêto; engraxar (sapatos, etc.) de prêto; desenhar em negro; manchar; difamar. (...)

negro, -*gra* ('negru, -gra). I. a. black (also fig.); dark; (anthropol.) Negro; somber, gloomy, funeral; shadowy, tenebrous; sinister, threatening; cloudy, obscure, stormy; ominous, portentous; horrible, frightening; adverse, hostile; wretched, odious, detestable. (...) ²⁶

Numa rápida comparação entre ambas definições, um aspecto resalta impressivo: que a definição da palavra *negro* em português revela uma carga bem mais forte e violenta de conotações pejorativas. E isto nos conduz à pergunta: qual dos dois termos, o norte-americano ou o brasileiro, apresenta maior intensidade de racismo subjacente?

II. ESCRavidÃO: O MITO DO SENHOR BENEVOLENTE

Certa vez um etnologista disse que “o caminho do progresso é cheio de aventuras, ruturas, e escândalos.”²⁷ Devemos, assim, começar examinando o maior de todos os escândalos, aquele que ultrapassou qualquer outro na história da humanidade: a escravização dos povos negro-africanos.

No Brasil, é a escravidão que define a qualidade, a extensão, e a intensidade da relação física e espiritual dos filhos de três continentes que lá se encontraram: confrontando um ao outro no esforço épico de edificar um novo país, com suas características próprias, tanto na composição étnica do seu povo quanto na especificidade do seu espírito – quer dizer, uma cultura e uma civilização com seu próprio ritmo e identidade.

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. Como primeira atividade significativa da colônia portuguesa, as plantações de cana-de-açúcar se espalhavam pelas costas do nordeste, especialmente nos estados da Bahia e Pernambuco. Só a Bahia, lá por 1587, tinha cerca de 47 engenhos de cana-de-açúcar, fato que bem ilustra a velocidade expansionista da indústria açucareira desenvolvida com o uso da força muscular africana. Uma

canção de trabalho incluída no artigo de Zora Seljan, *A poesia negra popular no Brasil*, nos fornece o sentido do ritmo dos engenhos de açúcar:²⁸

Solo: Engenho novo está p'ra moer!

Côro: Trabalhar até morrer!

Oh trabalhar, ôh trabalhar, olé!

Trabalhar até morrer!

Por quase duas centúrias, a plantação de cana-de-açúcar e seu processamento requerem a concentração de escravos na região nordestina do Brasil, embora os africanos estivessem espalhados por todo o território nacional. As descobertas de ouro e diamantes no século XVIII no estado de Minas Gerais deslocam o ponto focal dos escravos africanos mais para o sul. O mesmo fenômeno se repetiria quando, na primeira metade do século XIX, a queda da produtividade das minas e o início do chamado ciclo do café, cujas plantações se localizavam principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, outra vez dirigiu a migração escrava mais para o sul.

É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas mercedoras de crédito, mas, principalmente, conseqüência da lamentável Circular N.º 29, de 13 de Maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa. Há uma estimativa cujos números me parecem abaixo do que seria razoável, dando 4.000.000 de africanos importados e distribuídos conforme as seguintes proporções, aproximadamente: 38% para o porto do Rio de Janeiro, de onde eles foram redistribuídos para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás; 25% para o estado da Bahia; 13% para o estado de Pernambuco; 12% para o estado de São Paulo; 7% para o estado do Maranhão, e 5% para o estado do Pará.²⁹

O papel do negro escravo foi decisivo para os começos da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam

em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. A nobilitante ocupação das classes dirigentes – os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos – consistia no exercício da indolência, o cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria.

Durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou a fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação. A consciência do mundo guarda bem viva a lembrança do colonialista Portugal encobrendo sua natureza racista e espoliadora através de estratégias como a designação de “Províncias de Ultramar” para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; como as leis do chamado *indigenato*, proscrevendo, entre outras indignidades, a assimilação das populações africanas à cultura e identidade portuguesas. Essa rabelice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém todas essas e outras dissimulações oficiais não dissimularam a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas – ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mais sim pela força militar imperialista.

Semelhantes distorções da realidade são comuns no “mundo que o português criou”, sempre na tentativa de erigir uma fachada mascarando a ideologia imperialista. Não são fatos apenas do passado. Nos dias de hoje, no Brasil, herdeiro das tradições escravagistas de Portugal, pratica-se impunemente falsificações dos fatos históricos. Dante Laytano, por exemplo, em publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura – Campanha de Defesa do Folclore, afirma que

A entrada do negro no Brasil foi simultânea com a descoberta do país. Ele conhecia a escravidão, cultivava-a, e praticava-a como um sistema político. A escravidão era praticada na própria África. *Os próprios africanos transplantaram-na para a América.*³⁰ (ênfase minha)

Aqui temos reunidos à agressão, o desrespeito humano e histórico, como um evento normal, já que se pratica tudo isto com frequência e extensamente. Dir-se-ia que a força da repetição mutilou a capacidade de percepção e compreensão de certas pessoas. Consideremos outra amostra, o crítico Clarival do Prado Valladares, ex-membro do Conselho Federal de Cultura. Foi ele membro do júri

de premiação do I Festival Mundial de Artes Negras, em Dacar, 1966, e atualmente é o coordenador-geral da representação governamental brasileira ao II Festival Mundial de Artes e Cultura Negras e Africanas, Lagos, realizado entre 15 de janeiro a 12 de fevereiro de 1977. Após retornar ao Brasil do Festival de Dacar, em 1966, Valladares publicou o seguinte julgamento em artigo sintomático intitulado *A defasagem africana ou Crônica do I Festival de Artes Negras*:

Os brancos não caçavam os negros na África, mas os compravam pacificamente dos tiranos negros.

Acrescenta depois que

Assim não é surpresa que a melhor compreensão e análise da África não é encontrada entre os africanos

porque:

...no que diz respeito à dimensão histórica, parece existir um certo *sentimento de inferioridade que é africano*. Por isso não é possível apresentar um texto histórico correndo paralelo àqueles dos países ocidentais.³¹ (ênfase minha)

Uma observação que nos ocorre imediatamente à leitura deste trecho é aquela referência a uma suposta *inferioridade* africana: não seria também verdadeira a recíproca, isto é, que Valladares exhibe, sem nenhum pudor, seu sentimento de superioridade que é europeu? Por essas e outras razões inconfessáveis, tem-se distorcido o passado africano; por motivos e interesses análogos, intelectuais desse tipo teceram um véu de silêncio a respeito das circunstâncias que envolveram a sorte de cerca de cem milhões de africanos (estimativa do falecido escritor Richard Wright), os quais foram criminosamente escravizados ou assassinados pelas armas dos colonizadores ocidentais; força armada utilizada também para proteger o roubo das terras africanas, a ocupação do seu território através da ameaça e da corrupção dos chefes tribais; ainda a força armada garantiu a apropriação indébita da riqueza mineral da África e dos seus tesouros artísticos que ainda hoje se exibem como peças pertencentes a famosos museus europeus. Não mencionam, esses escritores de tão ligeiros julgamentos do continente negro, as fortalezas das potências imperialistas edificadas ao longo das costas africanas como apoio logístico ao permanente estado de terror em que eram mantidas suas populações. Tais juizes da África fingem ignorar a muralha de silêncio erguida pelos opressores em torno da história africana para que pudessem manipular sua própria e conveniente versão do continente “escuro, misterioso e selvagem”.

Outro dos mitos de conveniência inventados para mitigar a consciência de culpa do opressor e minimizar acusações contra ele, é o mito que apregoa um alto grau de bondade e humanidade na es-

cravidão praticada na católica América Latina: as colônias espanholas e portuguesas; nestas, o caráter do regime escravocrata seria o oposto daquele existente nas colônias inglesas na América, especialmente nos Estados Unidos. Este mito, tão propagado nos séculos passados, ainda hoje tem seus adeptos. Entre os seus vários propagadores atuais, consta o nome de Hortensia Ruiz del Vizo, que na introdução à sua antologia, incluindo o Brasil, *Black Poetry of the Americas (Poesia negra das Américas)*, afirma:

A escravidão na América Espanhola colonial não foi tão dura como a mesma instituição na América Inglesa. (...) Várias influências... mitigaram a dureza da instituição. Uma destas foi a influência da Igreja Católica.³²

Este mito constitui mais uma entre as incontáveis manipulações que têm contribuído ao sucesso da propagação de outro mito: a "democracia racial".

Em verdade, o papel exercido pela igreja católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfaz com a conversão dos "infiéis", mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro. Um famoso jesuíta, o Padre Antônio Vieira, célebre orador sacro, na Bahia de 1633 pregava aos escravos nestes termos:

Escravos, estais sujeitos e obedientes em tudo a vossos senhores, não só aos bons e modestos, senão também aos maus e injustos... porque nesse estado em que Deus vos pôs, é a vossa vocação semelhante à de seu Filho, o qual padeceu por nós, deixando-vos o exemplo que haveis de imitar.³³

Vieira, tido e havido como exemplo da piedade e caridade cristãs entre os católicos, aconselhava aos cativos:

Deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos e vos salveis.³⁴

Se o desejo maior dos cristãos é a salvação pela imitação de Cristo, soa estranho que o pio sacerdote não tenha pregado o martírio da escravidão para os brancos europeus. Segundo sua lógica, este seria o caminho direto para o céu... Mas o raciocínio de Vieira não passava de mera ideologia à serviço do opressor, e se ele era um sacerdote católico, o outro ramo do cristianismo – o ramo protestante – atuou na mesma direção. Com quase idênticas palavras, o pastor inglês Morgan Goldwin dogmatizava àquela época:

O Cristianismo estabeleceu a autoridade dos senhores sobre seus servos e escravos em tão grande medida como a que os

próprios senhores poderiam havê-la prescrito... exigindo a mais estrita fidelidade... exigindo que se os sirva com o coração puro como se servissem a Deus e não a homens... E está tão longe de fomentar a resistência que não permite aos escravos a liberdade de contradizer ou a de replicar de forma indevida a seus senhores. E lhes promete a recompensa futura no céu, pelos leais serviços que tenham prestado na terra.³⁵

Tais são os exemplos da "mitigação" dispensada pelas igrejas católica e protestante aos escravizados. Fica evidente que a ideologia expressa por Vieira, da aceitação humilde pelo escravo de toda sorte de abusos, mesmo os "maus e injustos", não faz mais concessões à desgraçada vida diária do cativo do que aquela assumida pelo sacerdote protestante. Cristianismo, em qualquer das suas formas, não constituiu outra coisa que aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda sua inerente brutalidade e dehumanização dos africanos.

O mito da influência humanizadora da igreja católica procura exonerá-la de suas implicações na ideologia do racismo sobre a qual a escravidão se baseava. A atitude da igreja relativamente ao negro-africano pode ser iluminada por outro sermão do mesmo padre Vieira, este pregado em Lisboa em 1662:

Um etíope que se lava nas águas do Zaire, fica limpo, mas não fica branco: porém na do batismo sim, uma coisa e outra.³⁶

Segundo a oratória de Vieira, as águas do batismo cristão possuíam as diversas virtudes justificativas do escravizamento do africano e, mais ainda, tinham o poder mágico de erradicar sua própria raça – um *desraçado* limpo e branco! O racismo óbvio implícito e explícito no conceito dessas águas místicas que tornariam o africano num branco-europeu, estado considerado pela igreja como limpo e patentemente superior ao negro-africano, imediatamente destrói certas alegações de que o cristianismo e, especificamente, o catolicismo, eram inocentes neste assunto de racismo.

Os defensores da tese da escravidão "menos dura" no Brasil do que em outras partes das Américas, freqüentemente citam como apoio ao seu ponto de vista, a formação e o encorajamento das "nações" étnicas e das fraternidades religiosas.

As nações, organizações de escravos baseadas frouxamente sobre laços étnicos, eram espécies de cooperativas de socorro mútuo ou sociedades de ajuda, com implicações de cunho social e cultural. Instituídas pelas autoridades oficiais, às vezes provocavam reações de desprezo em certa classe de pessoas. Na Bahia, há o

exemplo de vigorosos protestos contra “negros e negras vestidos de penas, rosnando toadas africanas e fazendo bárbaro rumor com seus instrumentos rudes.”³⁷ A cena descrita por esse brasileiro indignado é a de um *batuque*: uma das freqüentes, ou ao menos periódicas, celebrações promovidas pelas “nações” sob a aprovação das autoridades governamentais; o festival tinha sua ênfase na música, no canto, na dança, africanos. O fato desses folguedos terem sido não só permitidos, mas, encorajados, pelos dirigentes da colônia têm sido enfatizado pelos crentes no mito da escravidão benevolente como mais um ponto de reforço à sua fé. Isto provaria a tolerância dos senhores para com seus escravos. Muito diferente crença a este respeito professavam os funcionários da corte portuguesa no Brasil-colônia. Um deles, o Conde dos Arcos, expressou muito francamente na Bahia os motivos reais da permissão que ele concedia às celebrações de caráter africano:

Os *batuques* vistos pelos olhos dos funcionários governamentais são uma coisa; para os indivíduos particulares são outra completamente diferente. A diferença é profunda. Estes vêem o *batuque* apenas como uma prática que vai contra o respeito dominical... Para o governo, porém, o *batuque* é um ato que, uma vez por semana, força todos os negros – automaticamente e sem conhecimento consciente – a renovar aqueles sentimentos de aversão mútua que eles têm por concedido desde o nascimento, mas que, tendem gradualmente a desaparecer na atmosfera geral de degradação que é sua carga em comum. Esses sentimentos de hostilidade mútua podem ser vistos como a mais poderosa garantia que as maiores cidades do Brasil desfrutam. Suponha que um dia as várias nações africanas esquecessem sua tradição de ódio, inculcado de uma para outra. Suponha que os daomeanos e os nagôs, os gegês (ewes) e os haussas, os tapas e os congos, se tornassem amigos e irmãos: o resultado seria uma espantosa e inelutável ameaça ao Brasil, que terminaria com a desolação do país inteiro.³⁸

Outra instituição também arrolada para fundamentar a suposta benignidade da nossa escravidão não-racista são as fraternidades religiosas mantidas pelo cristianismo. Diégues Jr., membro do Conselho Federal de Cultura, em trabalho oficial apresentado pelo Brasil ao FESTAC '77, em Lagos, reitera a opinião tradicional ao focalizar essas corporações religiosas:

Cada Igreja que se fundava, logo surgiam uma irmandade dos brancos, em geral a do Santíssimo Sacramento, e uma irmandade dos negros, quase sempre a de Nossa Senhora do Rosário. Esta divisão não constituía a rigor uma discrimina-

ção racial, antes social, face à situação do negro como escravo. Era, portanto, uma forma de estratificação, menos pela cor propriamente, antes pela posição social, decorrente do regime escravagista.³⁹

Este tipo de racionalização constitui um modelo da ideologia das classes governantes tentando o impossível: provar a ausência do racismo na sociedade escrava. A maliciosa artificialidade do argumento, apresentando a estratificação social como oposta à racial, não resiste a mais superficial análise, já que era a raça que de fato determinava a posição social. Os africanos (negros), e não os europeus (brancos), é que foram escravizados; este é o fato histórico que conta.

O verdadeiro caráter e função das fraternidades religiosas, mereceu a compreensão de Roger Bastide que o explicou da seguinte maneira:

...sabemos que os neuropeus enviavam seus escravos delinqüentes para esses governadores | das organizações africanas | a fim de serem julgados, setenciados, e punidos. Dessa maneira desviavam o ressentimento que o escravo, de outra maneira, sentiria contra o seu senhor, enquanto este poderia contar com a manutenção da boa ordem entre seu “rebanho”... Nos países católicos esta função disciplinar era monopólio das fraternidades religiosas.⁴⁰

Há ainda outra lenda justificadora da tese da “democracia racial” no Brasil: ela se localiza na mistificação da sobrevivência cultural africana. Este fundamental argumento se reveste de grave perigo pois seu apelo tem sido sedutor, e capaz de captar amplo e entusiástico suporte. Postula o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos. Canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como elemento integral da cultura brasileira, seriam outros tantos comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros “brancos”. Os beatos desta tese são muitos: eles constituem uma tradição no pensamento brasileiro. A ênfase da corrente principia com Gilberto Freyre na década de 30 e tem hoje sua continuidade no país e até na própria África com a pregação de Pierre Verger na Universidade de Ifé.⁴¹ Verger se revela um prestimoso acólito dos porta-vozes da tradição naquilo que se convencionou chamar de estudos sobre o negro e o africano, entre os quais têm lugar relevante os já citados Freyre, Luis Viana Filho e outros. Apoiando seu raciocínio, típico da tendência conservadora, Pierre Verger reitera essa mistificação das sobrevivências culturais da seguinte maneira:

Especialmente durante o período da escravidão, raramente se poderia encontrar uma criança branca que não tivesse sido criada por uma ama negra, que amamentava-a, ninava-a para dormir em seus braços ou na rede, e ensinava a ela as primeiras palavras em português estropiado. Indubitavelmente a criança aprendia a falar, mais freqüentemente, com a ama ou com a criada-de-quarto, do que com os próprios pais. (p. 9)

depois,

...a mais freqüente diversão participada pelos convidados em festas particulares eram danças de origem africana. Os observadores pareciam se deleitar com essas demonstrações coreográficas e saudavam os dançarinos com entusiásticos aplausos. (p. 11)

e

... quando os africanos estavam se divertindo em seu tempo livre, negros crioulos e mulatos se juntavam a eles, e todos dançavam da mesma maneira, o que levou |Koster| a acreditar que essas danças eram tão representativas do Brasil quanto o eram da África. (p. 11)

Após demonstrar que,

...se é verdade que os escravos foram europeizados através do contato com seus senhores, é igualmente verdade que o mesmo senhor português em retorno sofreu um processo de africanização através do contato com seus escravos. (p. 9)

Verger conclui ser o Brasil um amálgama racial harmonioso no qual não existe preconceito ou discriminação demonstrada por brancos contra descendentes africanos: *nem* culturalmente *nem* economicamente, *nem* socialmente. Ele afirma:

Os brasileiros têm orgulho dos seus traços nacionais, determinados pelo vigoroso cruzamento de sangue e o anti-racismo. De qualquer maneira esta é a visão defendida intrepidamente pelos representantes do governo em conferências internacionais. Conseqüentemente os brasileiros se recusam aceitar a existência de minorias culturais ou raciais em seu território nacional. Todo mundo é brasileiro, qualquer que seja sua cor ou origem. (p. 12)

Esta preocupação em aceitar toda contribuição, *sem qualquer distinção*, seja ela européia, ameríndia, ou africana, é certamente merecedora de elogio. (p. 13) (ênfase minha)

O papel relevante desempenhado pelas religiões africanas na conquista de um *aceitável status social no Brasil* para os des-

cedentes africanos está além de todos os elogios. (p. 15) (ênfase minha)

Com a imagem da “mãe preta” aleitando a criança branca, Verger tipifica as evocações de sentimentalismos piegas, de barato apelo emocional, que são características dessa escola de pesquisadores. Não conseguem, entretanto, obscurecer a natureza brutal e racista do sistema escravagista, *exceto para aqueles que têm interesse em não querer ver*. Digna de nota é a coincidência de idênticas imagens sentimentais serem invocadas pelos apologistas da escravidão num país com o qual o Brasil tão insistentemente tenta contrastar-se no que se refere à experiência escravocrata: os Estados Unidos. Neste também, a criança branca mamou no seio preto das “Black Mammies”. Os “Uncle Toms” e as “Aunt Jemimas” de Norte América foram criados e usados para ocultar análoga vergonha àquela que a Mãe Preta e o Pai João supostamente velariam no Brasil.

Enquanto às sobrevivências culturais citadas para “provar” um “anti-racismo” brasileiro, elas são apenas resultados diretos dos mecanismos de controle social exercidos pelos senhores sobre seus escravos. Já examinamos as “nações” e os *batuques*, instituições urbanas responsáveis pela “penetração” de cantos, danças, e outras manifestações culturais nas cidades. O mesmo critério descrito com referência a eles se aplica aos escravos rurais também. Nas palavras de Roger Bastide:

Se o folclore negro tem sobrevivido, é porque a assustadora taxa de mortalidade entre os negros escravos forçara seus senhores a permitir aos trabalhadores do campo desfrutarem os domingos e dias santos. Estes feriados, durante os quais eles ficavam livres para se divertirem como lhes agradasse, formaram o contosto institucional dentro do qual cantos, danças, e outras várias manifestações de arte africana (música em particular) puderam ser preservadas.⁴²

Proprietários e mercadores de escravos no Brasil, a despeito das várias alegações em contrário, em realidade submeteram seus escravos africanos ao tratamento mais cruel que se possa imaginar. Deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais conseqüentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo – eis algumas das características básicas da “benevolência” brasileira para com a gente africana. Desde os tempos da escravidão, o parlamentar e jornalista Joaquim Nabuco denunciava:

A mortalidade dos escravos é um detalhe que nunca aparece nessas estatísticas falsificadas, cuja idéia é que a mentira no

exterior habilita o Governo a não fazer nada no país e deixar os escravos entregues a sua própria sorte.⁴³

Outro fator que presumidamente teria contribuído para “melhorar” a escravidão na América latina: a suposta distribuição de escravos em número relativamente pequeno numa extensa área geográfica, o que só permitiria umas poucas “peças” para cada proprietário. Esta menor concentração de escravos ensejaria uma certa proximidade entre senhor e escravo, propiciando um tipo de tratamento mais suave e humano para o último.

No que toca ao Brasil as coisas se passaram diferentemente. Sabemos que o comércio escravo foi facilitado pela proximidade das costas brasileiras e da África, e isto reduzia o preço das “peças” importadas. As plantações brasileiras foram consideravelmente mais densamente povoadas de escravos do que sua contraparte na América inglesa; tão barato se conseguia escravos que mais fácil e econômico era substituí-los por outros quando imprestáveis, do que cuidá-los e alimentá-los convenientemente. No Brasil uma força braçal de mais de duzentos escravos numa só fazenda era fato comum, enquanto nos Estados Unidos mais de cinquenta ou cem escravos reunidos numa única propriedade era exceção. As condições de vida dos escravos no Brasil eram por isso menos cuidadas do que nos Estados Unidos, onde a substituição do escravo requeria relativamente mais dinheiro.

O tratamento descuidado e os abusos de que eram vítimas, provocaram uma alta taxa de mortalidade infantil entre a população escrava! No Rio de Janeiro, cidade onde teoricamente os escravos desfrutavam melhor tratamento do que em qualquer outra parte do país, a mortalidade infantil se elevava a uma taxa de 88%. A fácil aquisição de novos escravos significava que as classes governantes não perdiam tempo nem dinheiro com a saúde dos seus cativos. Em conseqüência, como Thales de Azevedo observa,

...desde sua chegada da África – à meia idade ou na juventude – um escravo ao cabo de sete a oito anos estava imprestável para o trabalho, que, não era raro, ia de sol a sol, por assim dizer, sem descanso e sem suficiente alimentação.⁴⁴

Os menos enganados pelos vários mitos tecidos em torno à escravidão no Brasil foram os africanos, que conheciam na própria pele as influências “mitigadoras” da Igreja Católica e as “benevolências” do português. Desde o início da escravidão os africanos confrontaram a instituição, negando fatualmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética *aptidão natural* para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais

se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta. O escravo praticou ainda a forma não-violenta ou pacifista de manifestar sua inconformidade com o sistema. Foi o mais triste e trágico tipo de rejeição – o *banzo*. O africano era afetado de uma patética paralisação da vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltavam-lhe as energias, e assim ele, silencioso no seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente...

Em muitos exemplos históricos encontramos os africanos e seus descendentes engajados na luta de independência do país que os escravizava. A *Conjura dos Alfaiates*, esmagada na Bahia em 1798 arrolava em seus quadros negros, brancos e mulatos. Entretanto, quatro descendentes africanos, Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas de Amorim Torres, João de Deus Nascimento e Manuel Faustino Santos Lira, presos no meio de outros revoltados contra Portugal, foram os únicos condenados à morte. Após serem enforcados em concorrida execução pública, seus corpos foram esquartejados, pendurados na via pública, e seus descendentes declarados malditos para sempre.⁴⁵ Muitos negros e mulatos imolaram suas vidas combatendo a tirania portuguesa. E quando o Brasil em 1822 se tornou independente de Portugal, continuou o mesmo país escravizador do africano. Ainda mais, em 1825, conforme nos informa o historiador Mário de Sousa Clington em seu livro *Angola Livre?*, o recém-independente Brasil assinou um tratado com Portugal onde “afirma renunciar toda política de aliança com as forças separatistas ‘angolesas’”.⁴⁶ Quer dizer, as classes dirigentes desde os primeiros dias da independência do Brasil até a recente independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (ver capítulo VIII), se mantiveram aliadas à política imperialista dos portugueses na África.

As insurreições negras se espalhavam por todo o território do país desde o começo da colonização, e permaneceram até às vésperas da Abolição em 1888. Mais de vinte *quilombos*, verdadeiras cidadelas reunindo africanos fugidos da escravidão, se contam nas províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, São Paulo, Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco. A estes se acrescentam as várias revoltas dos muçulmanos negros na Bahia, entre 1810 e 1835, durante as quais o valor de uma mulher negra sobressaiu: chamava-se Luiza Mahin – a mãe de Luís Gama, o mártir e santo da abolição.

Em toda a história dos africanos no Novo Mundo nenhum acontecimento é tão excepcional quanto aquele que se registra no século XVI: a *República dos Palmares*, verdadeiro estado africano

constituído no seio das florestas de Alagoas por rebeldes e fugitivos escravos. Desde 1630 até 1697, a chamada "Tróia Negra" resistiu a mais de vinte e sete expedições militares enviadas por Portugal, pelos holandeses, até que finalmente foi destruída pela força mercenária comandada por um bandeirante. Palmares – cuja população se calcula chegou à casa das trinta mil pessoas entre homens, mulheres e crianças – possuíam a uma sociedade organizada com eficaz sistema de produção comunal e de trocas; sua organização defensiva bem como a liderança política e militar demonstraram notável capacidade. A longa duração de Palmares testemunha a seu favor e dos seus líderes, o último deles tendo sido o rei Zumbi; representa a primeira e heróica manifestação de amor à liberdade em terras do Brasil. Mas Palmares, conforme já foi consignado por estudiosos da nossa realidade, significa principalmente o grito desesperado dos africanos contra a desintegração da sua cultura nas estranhas terras do Novo Mundo.

Coincidência – ou mera continuidade na luta libertária? – ao mesmo tempo em que ocorriam no Brasil as lutas palmarinas, lideradas pelos escravos de origem bantu, a intrépida rainha africana, Ginga, encabeçava a longa batalha, militar e política, contra os invasores portugueses do seu reino e das terras de Angola.

III EXPLORAÇÃO SEXUAL DA MULHER AFRICANA

Desde que o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados como subumanos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho. Quer isto dizer que os africanos escravizados não mereciam nenhuma consideração como seres humanos relacionada com a continuidade da espécie no quadro da família organizada. Daí que a proporção da mulher para o homem estava perto de uma para cinco, e as relativamente poucas mulheres que existiam estavam automaticamente impedidas de estabelecer qualquer estável estrutura de família. A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas.

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de *status* social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco. Este fato foi corajosa e publicamente denunciado no *Manifesto das Mulheres Negras*, apresentado ao Congresso das Mulheres Brasileiras realizado na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em 2 de Julho de 1975:

...as mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel: ser o objeto de prazer dos colonizadores. O fruto deste

covarde cruzamento de sangue é o que agora é aclamado e proclamado como 'o único produto nacional que merece ser exportado: a mulata brasileira.' Mas se a qualidade do 'produto' é dita ser alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso.

Esta realidade social é oposta à prevalescente idéia de que a formação do Brasil se verificou obedecendo um processo integrativo imune de qualquer preconceito; tira a máscara do português e do brasileiro "branco" isentos de procedimentos racistas. Liquida certos argumentos considerando que aquela ausência de preconceito teria permitido ao colonizador engajar-se numa saudável interação sexual com a mulher negra: não só brasileiros, como latino-americanos. Tal concepção proclama que

...havia geralmente um maior respeito pelos negros como seres humanos do que na América inglesa. A disposição dos espanhóis | e dos portugueses, por extensão | de intercasar com os negros é ampla prova disto... Existia através de toda a América espanhola uma inclinação de fundir o sangue do espanhol com o sangue do negro – numa base de respeito. 47

A palavra "intercasar" é menos que apropriada para designar esse tipo de interação sexual. Um velho ditado, tão popular hoje como há um século revela quão ilusórias e falsas são essas designações promovidas a serviço das classes dirigentes. O conceito popular difere completamente e restabelece a situação real:

Branca para casar,
Negra p'ra trabalhar,
Mulata p'ra fornicar.

O mito da "democracia racial" enfatiza a popularidade da mulata como "prova" de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. No entanto, sua posição na sociedade mostra que o fato social exprime-se corretamente é segundo o ditado popular. Nessa versão há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o "produto" do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social.

Recente investigação estatística mostra que a tão proclamada "tendência" dos brancos no Brasil para o "intercasamento" com negros permanece uma ficção social contemporânea. Originalmente o produto do estupro da mulher africana pelo português – o mulato – e bastardo, resulta de espúria união marital: a concubinação e/ou a prostituição da mulher negra e da mulata. O sociólogo Octá-

vio Ianni, em estudo publicado em 1972, 48 pesquisou com toda isenção um grupo significativo de brasileiros. Ele fez a seguinte pergunta: – Você aprovaria o casamento do seu amigo, irmão, irmã ou de você mesmo, com um negro ou mulato? O resultado, em porcentagem, é o seguinte:

	NEGRO	MULATO
Não gostariam que o(a) amigo (a) casasse com.....	35	29
Não gostariam que o irmão casasse com.....	74	70
Não gostariam que a irmã casasse com.....	76	72
Ego não gostaria de casar-se com.....	89	87

Junto com o cientista notamos "claramente a progressiva rejeição, tanto do negro como do mulato, à medida que as manifestações se aproximam do mundo social do próprio informante." A conclusão lógica tirada por Ianni, desta e outras pesquisas, é que ...o branco elimina os negros e mulatos do seu círculo de convivência mais íntimo: a família. É assim que ele consegue dissimular as barreiras rígidas, impostas àqueles.

E assim temos diante dos olhos uma radiografia a mais da famigerada "democracia racial" em cujo contexto, o homem negro e a mulher negra só podem penetrar subrepticamente, pela porta dos fundos, como criminoso e como prostituta.

Os ideólogos da "democracia racial" são, com efeito, incansáveis; não arriam a bandeira do "intercasamento". Vão em frente ativamente fazendo o elogio dessa norma que advoga implicitamente a prostituição e o estupro sistemático e permanente da mulher africana e de suas descendentes no Brasil. Pierre "Fatumbi" Verger, por exemplo, está atualmente não só justificando, mas aplaudindo essa violência sexual contra a mulher africana, e isto acontece na Universidade de Ifé, Nigéria. No mesmo trabalho citado anteriormente, Verger nota que os filhos brancos dos proprietários das plantações

...percorriam os campos junto com jovens negros que serviam como seus "sacos de pancadas" mas também como seus companheiros de brinquedos e de escolas. Eles adotavam reações e modelos de comportamento africanos. Depois eles *teriam a sua iniciação sexual com garotas negras trabalhando nas casas grandes e nos campos*, assim infundindo elementos de atração sensual e compreensão em suas relações

com o que tem sido chamado pessoas de raças diferentes.⁴⁹
(minha ênfase)

A firme convicção de que as relações de raça no Brasil são de qualidade superior, quando comparadas àquelas dos Estados Unidos, freqüentemente se apóia nessa suposta teoria de saudável interação sexual. A assunção brasileira é que na América do Norte, os brancos não se cruzaram com os negros, ambas raças permanecendo puras em sua composição biológica. Este raciocínio pode e deve ser considerado simplesmente como outro fruto da ignorância e/ou malícia dos nossos teóricos da miscegenação, que deificam aquele processo como um valor exclusivo da experiência brasileira. Entretanto, como o cientista social norte-americano Thomas E. Skidmore apropriadamente afirma,

Nenhuma sociedade escravista nas Américas deixou de produzir uma vasta população mulata. (...) Em 1850, a população negra dos Estados Unidos incluía oficialmente 11% de mulatos; por volta de 1910, tinha 21%.⁵⁰

Vimos, portanto, que os Estados Unidos não permaneceram à margem do processo de miscegenação. O que os "cientistas" e outros "estudiosos" necessitam é não confundir um sistema de legal e social segregação com pureza de raça. O tema da miscegenação nos Estados Unidos mereceu a atenção do notável poeta negro norte-americano, Langston Hughes, que escreveu uma peça intitulada *Mulato*, retratando a trágica condição do filho de um senhor branco com mulher negra no sul dos Estados Unidos; esta obra foi representada pelo Teatro Experimental do Negro, de São Paulo, na década dos anos 50.

O mito da "tendência inata" do português para misturar o sangue com mulher negra mostra sua vulnerabilidade quando se examina o comportamento do homem luso na África. José Honório Rodrigues conclui seu exame dessas relações com estas palavras:

Se examinarmos a ação portuguesa na África veremos que a proclamada falta de preconceito não conduziu à miscegenação. Porque, como já acentuamos, faltou ali, quando realmente se iniciou a colonização, no fim do século passado, a *escravidão*, que permitia, com ou sem preconceito, usar e abusar dos escravos num plano meramente material e sexual.⁵¹ (ênfase minha)

IV O MITO DO "AFRICANO LIVRE"

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de "africanos livres". Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888 se repetiria o mesmo ato "liberador" que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos "africanos livres".

Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem. "Africanos livres" se tornavam também aqueles escravos utilizados como soldados para fazer as guerras de destruição dos dirigentes brancos. Obtinham soldados prometendo a liberdade para os escravos que se alistassem no serviço militar. Para se tornarem, mesmo precariamente livres, muitos se inscreveram: buscaram a liberdade de morrer nas guerras dos colonizadores escravocratas. A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para

servir o exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca.

Esta técnica de substituir sangue português/brasileiro por sangue africano nos campos de batalha verifica-se tanto na guerra de expulsão dos holandeses em Pernambuco, no século XVII, como na guerra contra o Paraguai, em 1865-70. Tipicamente, nossos mitólogos raciais interpretam a forçada participação do escravo africano nas guerras coloniais de Portugal e do Brasil como outra das "provas" da integração do negro e de sua completa participação na sociedade brasileira. Diegues Jr. promove tal absurda interpretação da história em recente trabalho submetido ao FESTAC '77. Referindo-se à guerra contra os holandeses, ele afirma:

...participaram os negros dessa reação contra o domínio holandês, dando prova, desta maneira, de seu espírito já brasileiro, integrado no sentido de nossa formação de base essencialmente lusitana.⁵²

É constrangedor revolver aspectos tão ignóbeis do nosso passado histórico. Mas os negros brasileiros precisam rever constantemente fatos como este de dar a vida nas guerras de um país que não os reconhecia como ser humano e que, até os dias presentes, os mantém como cidadãos de segunda classe. Toda razão tinha Horácio Cunha quando anos atrás dramaticamente clamava: "Os americanos lincham cinqüenta negros por ano. Nós matamos a raça inteira no Brasil."⁵³ Os negros, com exemplos irredutíveis diante dos olhos, exemplos que se repetem no decorrer de toda a história pátria, não devem e nem podem alimentar nenhuma ilusão a respeito do futuro completamente sombrio que os aguarda. Pois como Carl Degler nos advertiu:

O que podemos esperar de uma sociedade fundada sobre a aventura e não sobre o trabalho, fundada na caça fatal ao índio, na escravidão, na degradação da mulher?⁵⁴

É para acrescentar o insulto à injúria, os brancos das classes dominantes ainda têm o despudor de acusar o negro, trazido da África sob grilhões, de ser o causador do "problema" racial brasileiro! Pois outra não fôra a acusação feita por Monteiro Lobato, o popular escritor de livros infantis destilando racismo, em carta dirigida a um seu amigo em 1908:

Que problemas terríveis o pobre negro da África nos criou aqui, na sua inconsciente vingança! Talvez a salvação venha de São Paulo e outras zonas que intensamente se injetam de sangue europeu.⁵⁵

O "problema" criado pelas classes dominantes brancas com a "libertação" da população escrava, não foi como devia ser, a provi-

dência econômica de assegurar a esta nova parcela do povo brasileiro sua própria subsistência. Nem foi o aspecto político do "problema", isto é, como e de que maneira o negro, cidadão recém-proclamado, participaria nos negócios da nação que ele fundara com seu trabalho. E muito menos significava, o "problema", a procura de instrumentos válidos e capazes de integrar e promover a colaboração, em nível criativo, do novo grupo humano, à cultura nacional. Autoridades governamentais e sociedade dominante, se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político e cultural de escravidão-em-liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o "problema" só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado explícita ou implicitamente como "inferior".

Nina Rodrigues, o psiquiatra da Bahia, no fim do século passado, iniciou o que veio a ser conhecido como "estudos científicos" sobre o africano no Brasil, sendo considerado o pioneiro dos estudos afro-brasileiros. Ele próprio um mulato, Nina Rodrigues beatamente assumiu os postulados de certa ciência européia. Os trabalhos que deixou tipificam a visão prevalente naquela época a respeito da África e da raça negra:

Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural.

O que explicaria, segundo o "cientista",

...esta verdade - que até hoje não se puderam os negros constituir em povos civilizados.

Conseqüentemente,

A raça negra no Brasil... há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.⁵⁶

Precisamos não esquecer que, à exceção de um poucos, os cientistas que se aproximavam deste assunto o faziam conforme critérios importados do estrangeiro. Tudo era de origem européia, como agora quase tudo vem dos Estados Unidos. O país obtivera em 1822 uma independência apenas formal, permanecendo sua economia, sua mentalidade e cultura, dependentes e colonizados. Gravítávamos espiritualmente em torno da metrópole - a Europa, obrigatório ponto de referência, sobretudo no que se referia às idéias, padrões de julgamento estético, e atividades científicas de qualquer ramo. Foi natural que de lá chegassem ao Brasil os conceitos racistas do ideal ariano. Alguns dos quais, em palavras de verdadeira maldição, como as encontradas em G. Vacher Lapouge:

O Brasil... constituirá sem dúvida daqui a um século um imenso estado negro, a menos que ele não retorne, como parece provável, à barbárie.⁵⁷

V. O BRANQUEAMENTO DA RAÇA: UMA ESTRATÉGIA DE GENOCÍDIO

Para a solução deste grande problema – a ameaça da “mancha negra” – já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem-de-côr, o fusco, mencionados anteriormente. O crime de violação cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal através das gerações.

Situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante; durante a escravidão ele foi capitão-de-mato, feitor, e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil.

Porém, a despeito de qualquer vantagem de *status* social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente se equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca.

O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. E isto foi recebido com elogios calorosos e grandes sinais de alívio oti-

mista pela preocupada classe dominante. O escritor José Veríssimo exultou:

Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É obvio que isso já começa a ocorrer.⁵⁸

A solução parecia satisfatória a todos, e apesar do racismo subjacente, recebeu até endosso religioso, desde que a Igreja Católica também considerava o do negro um "sangue infectado".⁵⁹ Thales de Azevedo confirma que esta mistura não aconteceu na forma de respeito mútuo nem na do intercasamento:

Unões matrimoniais legítimas entre pessoas de tipo racial acentuadamente diferente são, em verdade, muito infreqüentes. Tanto nos casamentos como na mancebia tende a predominar a união de homem escuro com mulher mais clara, o que concorre para realizar o ideal de "branquear a raça" tão vantajoso do ponto de vista social.⁶⁰

Azevedo prossegue explicando as "bases respeitáveis" que têm presidido a mistura:

... a mestiçagem é antes indício de discriminação porquanto resulta mais de concubinação e de relações fortuitas do que do casamento, pois neste o preconceito atua com sua maior força.⁶¹

Durante os tempos da escravidão, esta política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra. Thomas E. Skidmore mostra em seu importante trabalho *Preto no branco* que a política colonial de importação escrava se orientou nesse sentido:

... as baixas taxas de fertilidade dos negros têm sido explicadas por desvios da proporção sexual (nítido excesso de homens sobre mulheres) e elevados índices de doença e mortalidade.⁶²

A predominantemente racista orientação da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalescente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineau (1816-1882), influente diplomata e escritor francês, "fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças européias."⁶³ Gobineau predisse que dentro de dois séculos a raça negra desapareceria completamente. Até mesmo Joaquim Nabuco, o enérgico defensor do escravo, estava compro-

metido na política do embranquecimento, expressando suas esperanças de que

Esse admirável movimento imigratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura: mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue.⁶⁴

Teorias científicas forneceram suporte vital ao racismo arianista que se propunha erradicar o negro. Nas palavras do escritor Sílvio Romero (1851-1914): "A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco."⁶⁵ Desde o fim do século XIX, o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o desaparecimento do negro através da "salvação" do sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX. Em torno de 1930, o político e historiador João Pandiá Calógeras declarou, por exemplo:

A mancha negra tende a desaparecer num tempo relativamente curto em virtude do influxo da imigração branca em que a herança de Cam se dissolve. Roosevelt tinha observado com exatidão que o futuro nos reserva uma grande alegria: a feliz solução de um problema inçado de tremendos, mortais, problemas - os problemas de um possível conflito entre as duas raças.⁶⁶

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da "mancha negra" na população brasileira. Um decreto de 28 de Junho de 1890 concede que

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho... (...) Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos.⁶⁷

Em várias oportunidades a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis nas quais se proibia qualquer entrada no Brasil "de indivíduos humanos das raças de cor preta." (1921-1923)⁶⁸. Quase no fim do seu governo ditatorial, Getúlio Vargas assinou em 18 de setembro de 1945, o Decreto-Lei Nº 7967, regulando a entrada de imigrantes de acordo com

... a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia.⁶⁹

Mais recentemente o governo tem exercido uma política de estimular a imigração dos racistas brancos expulsos das recém-liberadas colônias da África: belgas do ex-Congo Belga, portu-

ses de Angola e Moçambique. Angela Gillian, negra norte-americana estudiosa dos problemas brasileiros, afirma que a solução oficial do Brasil para "o problema" é a miscigenação, e para isto exorta os brancos fugidos de nações independentes africanas a escolherem o Brasil.⁷⁰

Assim que êsses racistas fugitivos lá se vão juntar com seus líderes fascistas, também fugidos, do Portugal, entre os quais se contam os ilustres nomes de Caetano e Thomaz.

O conluio dos intelectuais e dos acadêmicos "cientistas" na formulação dessa política foi decisivo para a sua aceitação. Na década de 20, quando o Brasil estimulava através de leis a imigração de brancos europeus (celtas, raças nórdicas, iberos, eslavos, germânicos, portugueses, austríacos, russos e italianos), "científicos" endossos a esta política e seus objetivos se encontravam amplamente disponíveis. Oliveira Viana, mulato, cientista social e político influente na década de 20, reitera que

... o grupo étnico que contribui com a maior porção para o *melting pot* tem o potencial para dominar o make-up da população, não só no seu tipo morfológico, mas também em seu tipo psicológico e cultural.⁷¹

Viana continua falando mais francamente:

... o *quantum* do sangue ariano está aumentando rapidamente em nosso povo. Ora, êsse aumento do *quantum* ariano há de fatalmente reagir sôbre o tipo antropológico dos nossos mestiços, no sentido de modelá-los pelo tipo do homem branco.⁷²

Por volta de 1930 o escritor Paulo Prado afirmou que ... na cruz contínua de nossa vida desde a época colonial o negro desaparece aos poucos dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro.⁷³

Antes disto, no comêço, do século, Sílvio Romero havia expressado idêntica opinião:

... não... constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá.⁷⁴

Arthur Neiva louva a orientação imigratória: "Daqui a um século a nação será branca."⁷⁵ Enquanto João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano ao Primeiro Congresso Universal de Raças, em Londres, 1911, predisse que no ano 2012 a raça negra teria desaparecido do Brasil:

Em virtude dêsse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os metis tenham desaparecido do Brasil. Isto coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio.⁷⁶

Que esta idéia da eliminação da raça negra não constituía uma apenas teoria abstrata, mas, calculada estratégia de destruição, está claro nos argumentos do mesmo teórico, na explícita sugestão de se deixar os afro-brasileiros propositalmente indefesos:

... expostos da tôda espécie de agentes de destruição e sem recursos suficienciais para se manter.⁷⁷

Conforme Thomas E. Skidmore,

A tese de João Batista de Lacerda foi criticada, todavia, por brasileiros, furiosos com a sua estimativa de tempo - achavam muito longo um século.⁷⁸

Outras vezes, entretanto, divulgaram opiniões diferentes. Afrânio Peixoto, médico e escritor, revelou mais tarde que:

Trezentos anos, talvez, levaremos para mudar de alma e alvejar a pele, e se não-brancos, ao menos disfarçados, perderemos o caráter mestiço.⁷⁹

Dentro de um século, ou de três séculos, isto pouco importa; o que se fazia essencial e indisputável era a necessidade de embranquecer o povo brasileiro por dentro e por fora...

A opinião de Peixoto, bastante interessante, foi emitida durante um debate público provocado pela possível chegada de negros vindos dos Estados Unidos para o estado de Mato Grosso. O presidente daquele estado, em 1921, fez concessões de terras a colonos e pioneiros. No entanto, quando a imprensa ventilou a possibilidade de que entre os colonos esperados estivesse um grupo de negros norte-americanos, o presidente de Mato Grosso rapidamente revogou as concessões que tinha feito, e imediatamente comunicou o fato ao Ministro de Relações Exteriores.⁸⁰ Foi quando Afrânio Peixoto, em face da perigosa ameaça daquele potencial influx de quinze milhões de negros vindos do norte, interrogou desesperado: "Teremos albumina bastante para refinar toda essa escória?... Deus nos acuda, se é brasileiro!"⁸¹ Um pouco antes dêsse fato, em 1917, o norte-americano Clayton Cooper após visitar o Brasil havia testemunhado com sinceridade:

Uma honesta tentativa está sendo feita aqui para eliminar os prêtos e pardos pela infusão do sangue branco.⁸²

As estatísticas demográficas iluminam os mecanismos dêste linchamento social dos negros. Conforme estimativa de 1600 a população consistia de:⁸³

Indígenas	35.000
Branco	10.000
Africanos e seus descendentes	20.000

Pesquisa demográfica levada a efeito em 1798 revelou os seguintes números:⁸⁴

Índios civilizados	250.000
Branco	1.010.000
Africanos e seus descendentes	1.988.000
(escravos: 1.582.000; africanos livres: 406.000)	

Rio Branco mostrou que em 1822 havia uma população de 3.800.000, distribuída como segue:⁸⁵

Branco	1.043.000
Negro	1.930.000
Mulato	526.000

Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam o seguinte desenvolvimento da população de 1872 a 1950:⁸⁶

	1872	1890	1940	1950
Branco	3.787.289	6.308.198	26.171.778	32.027.661
Negro	1.954.542	2.097.426	6.035.869	5.692.657
Pardo	4.188.737	5.934.291	8.744.365	13.786.742

Através destes números fica evidente o declínio da população negra paralelo ao crescimento da branca; a porcentagem de cada grupo nos períodos respectivos é a que segue:⁸⁷

	1872	1890	1940	1950
Branco	38,14	43,97	63,47	61,66
Negro	19,68	14,63	14,64	10,96
Pardo	42,18	41,40	21,20	26,54

Entretanto precisamos ser cautelosos com a significação de tais algarismos estatísticos. Eles mostram um retrato fortemente distorcido da realidade, já que conhecemos as pressões sociais a que estão submetidos os negros no Brasil, coação capaz de produzir a subcultura que os leva a uma identificação com o branco. Temos, então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recor-

rendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante.

Notemos, ademais, que essa ocorrência não é somente dos nossos dias. O visitante europeu João Maurício Rugendas observou em 1862:

É verdade que a lei não confere para os negros o direito de votar nem de exercer certos cargos; mas os funcionários de pele mais ou menos escura não opõem nenhuma dificuldade em reconhecer como brancos todos aqueles que assim se querem identificar, e fornecer-lhes a documentação necessária para estabelecer a pureza de suas origens.⁸⁸

Especialistas em demografia são unânimes na denúncia aos vícios da nossa classificação estatística. Para Giorgio Mortara, um demógrafo de reconhecida autoridade, as distorções resultantes desta anomalia são evidentes:

Aqueles nascidos de uniões entre pessoas de cor parda e negra são classificados como brancos; e através das reclassificações o grupo negro perde grande quantidade e ganha muito pouco, o grupo pardo ganha muito mais do que perde, e o grupo branco ganha muito e não perde nada.⁸⁹

Usando palavras diferentes, Remulo Coelho confirma idêntica afirmação:

A aparente quota de brancos provavelmente excede o que seria obtido na base de uma pesquisa efetuada sob critério objetivo, porque o número daqueles registrados nos censos como brancos seriam qualificados como "pardos".⁹⁰

Observações deste caráter revelam claramente a tendência das estatísticas pesando forte no prato da balança ideológica racista do embranquecimento da população. Esta circunstância é bem explorada por figuras tais como Diégues Jr, cientista social a serviço dos poderes dominantes. No citado trabalho oficialmente distribuído pelo Brasil no FESTAC '77, ele faz esta assombrosa concessão aos pobres negros e índios do país:

O total da população brasileira em 1970, ano do último recenseamento, distribuía-se pelo território brasileiro com maior ou menor intensidade de um dos grupos, sendo evidente o predomínio do elemento branco, por isso que, no

Brasil, mesmo mestiço que tenha alguma coisa, pequena ou grande, de sangue negro ou índio, mas não apresente aparência física de um desses grupos, já é considerado branco. O que testemunha a ausência de qualquer discriminação de natureza racial, quanto à origem étnica da pessoa.⁹¹

Uma afirmação exemplar emitida pela ideologia racial brasileira: a assunção de que as pessoas de origem índia ou africana preferem ser rotuladas de brancas e a simultânea presunção de que a benevolência da estrutura social em lhes concedendo o privilégio do *status* de "branco" constitui prova da ausência de preconceito ou discriminação racial!

Mas é também digno de comentário o seguinte fato: ao mesmo tempo que o cientista demonstra o caráter da estatística artificialmente inflacionada na categoria dos "brancos", Diégues aceita entusiasmado a conclusão erigida à base desses dados sem consistência: a "predominância do elemento branco"!

Finalmente, soa estranho que este cientista transcreva o censo de 1970 relativo à composição racial, já que é do conhecimento público que o fator *raça* foi omitido dos censos verificados no Brasil desde 1950. Pelo menos dois colegas de Diégues confirmam explicitamente que o censo de 1970 em particular, não registra informação sobre origem de raça ou etnia. Fernando Mourão, da Universidade de São Paulo constata, "No recenseamento de 1970, o critério da cor não foi mais aplicado."⁹² Thomas E. Skidmore confirma:

No recenseamento de 1970, por exemplo, não se coletaram dados sobre raça. A Comissão Censitária tomou essa decisão explicando que variam de tal maneira as definições de categorias raciais (e, especialmente, sua aplicação em casos individuais) que não seria possível aos recenseadores recolher dados fidedignos.⁹³

Além disso, essas estatísticas demonstram não apenas o declínio, em números *per se* dos negros; elas refletem fato mais grave: o ideal de embranquecimento infundido sutilmente à população afro-brasileira, por um lado; e de outra parte, o poder coativo nas mãos das classes dirigentes (brancas) manipulado como instrumento capaz de conceder ou negar ao descendente africano acesso e mobilidade às posições sociopolíticas e econômicas. E neste cerco fechado, o termo raça não aparece, mas é o arame farpado onde o negro sangra sua humanidade. O teatro brasileiro de todos os tempos tem em Nelson Rodrigues o seu dramaturgo culminante; com sua linguagem ácida e precisa, Rodrigues contribui para a caracterização das nossas relações de raça com as seguintes palavras:

Não caçamos prêtos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite.⁹⁴

VI. DISCUSSÃO SOBRE RAÇA: PROIBIDA

Anteriormente já tivemos ocasião de mencionar o ato de 1899, do Ministro das Finanças Rui Barbosa, ordenando a incineração de todos os documentos – inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros, etc – pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro, e aos escravos; assim se apagaria a “mancha negra” da História do Brasil. Como consequência lógica desse fato não possuímos hoje os elementos indispensáveis à compreensão e análise da experiência africana e de seus descendentes no país. Similarmente negativa se revela a recente decisão de eliminar dos censos toda informação referente à origem racial e à cor epidérmica dos recenseados, dando margem às manipulações e interpretações das estatísticas segundo os interesses das classes dirigentes. Por via desses expedientes se reitera a erradicação da “mancha negra”, agora com o uso dos poderes da “magia branca” ou da “justiça branca”. Dessa espécie de alquimia estatística resulta outro instrumento de controle social e ideológico: o que deveria ser o espelho de nossas relações de raça se torna apenas um travesti de realidade. E as informações que os negros poderiam utilizar em busca de dignidade, identidade, e justiça, lhes são songadas pelos detentores do poder. O processo tem sua justificativa numa alegação de “justiça social”: todos são brasileiros, seja ele negro, branco, mulato, índio, ou asiático. Em verdade, em verdade, porém, a camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo se menciona que nessas ocasiões os negros estão tratando de impôr ao país uma suposta superioridade racial negra... Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra nesse obstáculo. A ele não se permite esclarecer-

se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional. Como o escritor de Ghana, Anani Dzidzienyo, tão propriamente conclui:

Qualquer reação do negro à situação brasileira enfrentaria dois inconvenientes: uma opinião oficial que consideraria “atividades raciais” como subversivas, e a atitude geral da sociedade que consideraria isto divisionista.⁹⁵

O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua raça e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais; todo mundo é simplesmente brasileiro. Mas o preceito, ao se tornar operativo, ganha uma dupla qualidade – de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras. Nenhum meio legal de protesto, de busca de alívio contra a injustiça racial, existe para o grupo discriminado e oprimido, desde que a lei – formal e distante – recolhe a todos em seu seio “democrático”.

O presente governo do Brasil tem tomado medidas para proibir completamente a discussão do tema racial, fato que implicitamente nega toda possível credibilidade à “democracia racial”. Thales de Azevedo cita as seguintes ocorrências publicadas no vespertino *O Globo* do Rio de Janeiro:

O Globo, Rio, 12.2.1969, “Portela vê Imprensa a Serviço da Discriminação Racial para Conturbar.” Publicando telegrama procedente de Brasília, o jornal informa que o General Jaime Portela, em exposição de motivos ao Presidente da República sugerindo a criação da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, datada de 10.2.1969, refere-se a conclusões do Conselho de Segurança Nacional sobre ações subversivas e afirma: “No contexto das atividades desenvolvidas pelos esquerdistas, ressaltamos as seguintes: (item 9) – Campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de estudos internacionais sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atritos e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas.”⁹⁶

A proposta Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar evidencia o já mencionado propósito e objetivo de intimidar e silenciar a discussão pública do racismo e da discriminação racial. Uma es-

tranha “democracia racial” que não permite reivindicações de direitos pelas vítimas da discriminação; o atual governo brasileiro tenta censurar, intimidar, e calar instituições de pesquisa e *scholars* estrangeiros que se preocupam com a situação do negro no Brasil. E ainda por cima, numa estranha lógica, pretende implicar o estudo e o debate público do racismo com a insatisfação com o regime! Se há, como as conclusões do Conselho de Segurança Nacional reconhece, “áreas de atrito e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas”, tanto estas, como qualquer outra área nova que se crie, são da exclusiva responsabilidade dos militares que impuseram uma “revolução” contra os desejos do povo. Isto nada tem a ver com os órgãos de estudos internacionais e da imprensa estrangeira interessada nesses estudos. Uma vez mais nos socorremos do estudo publicado em Londres pelo grupo de pesquisas:

O crescimento da consciência negra é desencorajado pela recusa da sociedade em conceder ao cidadão negro a oportunidade de realizar sua íntegra identidade – inclusive seu *eu* negro – negando o significado que o desenvolvimento do negro (político, social, e cultural), tem para ele em particular e para o Brasil, em geral.⁹⁷

A. Silva Mello nota com toda razão:

Até os dias de hoje ele | o negro | tem sido julgado pelo branco, um juiz completamente tendencioso em seu próprio interesse, certamente mais que parcial e injusto, quando não flagrantemente criminoso.⁹⁸

Fugir das realidades étnicas é recurso totalmente inútil. Pois enquanto os brasileiros tentam enganar-se a si mesmos com a invenção da “democracia racial”, os povos de outros países manifestam um conhecimento perfeito de fatos e ocorrências supostamente não-existentes na sociedade brasileira, segundo a teoria oficial em vigor. Tal é o caso, por exemplo, de Antônio de Figueiredo, o escritor português mencionado páginas atrás. Suas palavras são exemplares e oportunas:

É significativo que no Brasil, tal como na África do Sul, se tenha preferido o recurso a legislação repressiva para classificar a discussão da questão racial como subversiva e tema proibido. Foi este também o erro que cometeu o sistema Salazar-Caetano, que, depois de décadas de tática hipocrisia, tardiamente se lançou no expediente do inter-racialismo figurativo.

Mas a realidade brutal que os brasileiros têm de aceitar é que o racismo é em toda a parte diferente, e em toda a parte o mesmo – varia em estilo, mas não em essência. As forças do progressivismo ideológico estão agora ocupadas com a

Rodésia e África do Sul, mas cedo ou tarde se voltarão para o Brasil e porão à descoberto a nudez forte da verdade social que se esconde sob o manto diáfano da fantasia e da propaganda.⁹⁹

VII. DISCRIMINAÇÃO: REALIDADE RACIAL

As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apóia a discriminação econômica – para citar um exemplo – por motivo de raça. Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor.” Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência”. Basta substituir “boa aparência” por “branco” para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece difusa, mas ativa.

Menciona-se ainda que mesmo esta lei antidiscriminatória aleijada, sem execução, não resultou de nenhum gesto espontâneo de parte dos legisladores. Ela foi reivindicada, ao lado de outras medidas de amparo ao afro-brasileiro, pela *Convenção Nacional do Negro*, realizada em São Paulo, em 1945, da qual fui o presidente. No ano seguinte o Senador Hamilton Nogueira (UDN) propôs essa legislação à Assembléia Nacional Constituinte, que a rejeitou sob pretexto de “ausência de fatos concretos”. Em 1951 o congresso aprovou a lei novamente apresentada, desta vez pelo deputado Afonso Arinos.

O mito da “democracia racial”, tão corajosamente analisado por Florestan Fernandes, orgulha-se com a proclamação de que o

“Brasil tem atingido um alto grau de assimilação da população de cor dentro do *standard* de uma sociedade próspera”. Muito pelo contrário, a realidade dos afro-brasileiros é aquela de suportar uma tão efetiva discriminação que, mesmo onde constituem a maioria da população, existem como minoria econômica, cultural e nos negócios políticos. O estado da Bahia exhibe dramaticamente esta situação do afro-brasileiro despossuído. Conforme o censo de 1950 a população daquele estado, de 4.822.024, se distribuía da seguinte maneira:¹⁰⁰

Branco - 1.428.685 30%
Negros e mulatos - 3.393.183 70%

Ocupacionalmente a distribuição era:

Empregados:

Branco 23.01%
Negros e mulatos 76.98%

Empregadores:

Branco 51.90%
Negros e mulatos 48.11%

(de quase nenhuma significação econômica)

Os pequenos “negócios”, os quais regra geral não vão além de modestos vendedores de rua, nos quais os negros participam como “empregadores”, não têm virtualmente nenhuma significação econômica; enquanto a categoria dos brancos empregadores têm o comando dos meios de produção, do mercado, dos recursos financeiros, enfim detêm nas mãos a economia do estado em todo seu peso e extensão.

A participação do negro no sistema educativo da Bahia, em porcentagem, é a que segue:¹⁰¹

	<i>Elementar</i>	<i>Secundária</i>	<i>Universidade</i>
Branco	54.46%	82.56%	88.21%
Negros e mulatos	45.52%	17.43%	11.64%

Outra manifestação da “perfeita assimilação dos negros nos *standards* da sociedade próspera” pode ser visto nas condições de vida dos afro-brasileiros ocupando os pardieiros – ou *ghettos* – do país. No nordeste – Recife e outras cidades da área – a moradia de negro é o *mocambo*, geralmente infestado de germes e mosquitos das águas poluídas e estagnadas em cujo meio ou vizinhanças se localizam. Em São Paulo a moradia mais comum era o *porão* e, recentemente, as zonas chamadas de *favela*; o retrato de corpo inteiro da favela paulista está no livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de*

despejo, um terrível testemunho da vida da autora na favela. Traduzido para várias línguas, *Quarto de despejo* é um dos raros livros brasileiros de circulação em vários países: Carolina Maria de Jesus, apesar do êxito internacional do seu livro, acaba de falecer em São Paulo nas mesmas condições de favelada. A *Folha de São Paulo*, em editorial de 16 de fevereiro de 1977, intitulado "A Catadora de Pa-péis", se refere a Carolina de Jesus nos seguintes termos:

... foi ao mesmo tempo protagonista e cronista de um dos mais dolorosos dramas desta cidade: o de um submundo habitado por homens e mulheres aos quais falta o mínimo a que têm direito – pela sua simples condição humana.

Mais adiante o editorial desvanece qualquer esperança de uma mudança para melhor:

... o retrato sem retoques exposto por essa escritora iletrada permanece sem maiores modificações até hoje. Ao contrário, é até mais pungente, em nossos dias, o quadro que *Quarto de despejo* nos apontava.

No Rio de Janeiro, sofre a população negra a humilhação – e a simultânea degradação – das *favelas*, que se dependuram nas encostas dos morros, e por esse motivo se tornaram famosas pelo pitoresco de seus barracos e do seu ambiente. Não foi por outra razão que fizeram num morro carioca o filme *Orfeu Negro*.

Que tais moradias, imundas, abaixo das necessidades mínimas de higiene e conforto humano, são habitadas primariamente pelo grupo negro, é fato bem documentado. Uma representativa amostra da referida "integração do negro na prosperidade nacional" pode ser tomada na situação apresentada pelo Rio de Janeiro. O tradicional diário *O Estado de S. Paulo*, em suplemento especial de 13 de abril de 1960, publicou os seguintes números de uma pesquisa realizada em 1950:¹⁰²

População do Rio:

Branco	1.660.834
Negros e mulatos	708.459

População das favelas:

Branco	55.436
Negros e mulatos	113.218

Estes algarismos revelam que, para quase cada dois e meio habitantes do Rio, um é negro; porém para cada habitante branco das favelas, quase dois e meio são negros. Em outras palavras: os negros compõem menos da metade da população total da cidade, mas a proporção que ocupam nas favelas alcança mais do dobro da cifra apresentada pelos brancos. Assim se caracteriza uma indiscutível segregação habitacional.

Já os mal-intencionados ou ingênuos estarão dizendo, – "Ora, os negros vivem nas favelas porque querem, porque escolheram assim; ou então porque não têm dinheiro, mas nunca por questões de raça." E aqui nós entramos no labirinto raça-classe-sociedade; mais uma vez recorremos a Florestan Fernandes para esclarecimentos:

Apesar da extrema concentração social da renda e do prestígio social, que torna a estrutura ocupacional do Estado de São Paulo muito pouco "democrática" (ou balanceada), o estoque racial *branco* participa das posições mais vantajosas significativamente acima das proporções com que concorre para a composição da população total.¹⁰³

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive. Alegações de que esta estratificação é "não-racial" ou "puramente social e econômica" são *slogans* que se repetem e racionalizações basicamente racistas; pois a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira! Frantz Fanon observa com propriedade:

O racista numa cultura com racismo é por esta razão normal. Ele atingiu a perfeita harmonia entre relações econômicas e ideologia.¹⁰⁴

Em 1959, quase uma década após a promulgação da lei anti-discriminatória "Afonso Arinos", o preconceito racial fora mencionado pelo *O Jornal* do Rio de Janeiro – 6 de junho – como o principal fator de desemprego. O resultado de uma pesquisa conduzida na então capital do país pela diretoria da Seção de Colocações do Ministério do Trabalho revelou:

Com efeito, candidato de côr, *mesmo com habilitação*, para o comércio, escritórios, cinemas, consultórios, portarias, bares, hospitais, firmas estrangeiras e outros estabelecimentos que exigem pessoas de "boa aparência", não conseguem trabalho. (...) É o preconceito de cor que se encontra em primeiro lugar como fator de desemprego, em seguida vêm a idade e a nacionalidade.¹⁰⁵

Idêntica situação ocorre em todos estados com significativa população negra. O *London Times* (transcrito em *O Jornal* de 25 de abril de 1960) publica que a "... discriminação racial realmente exis-

te no Brasil, apesar de que muitos brasileiros negam este fato." O artigo continua:

De um modo geral os negros não conseguem promoções fáceis, não só nas atividades civis, mas dentro das forças armadas. Assegura-se que a razão disso está no seu nível de educação inferior. Mas um garção negro é coisa rara num hotel ou restaurante de qualidade, e as grandes lojas nunca os têm a seu serviço como balconista.¹⁰⁶

Não estamos no momento interessados na apresentação de uma análise pormenorizada dos aspectos recém-mencionados do racismo. Os números, entretanto, são eloqüentes e falam por si mesmos. E a despeito das limitações do presente trabalho, acredito haver tocado, ainda que brevemente, a superfície dessa teratologia social. Ainda no plano estatístico, queremos localizar alguns dados referentes ao nível nacional. Segundo o censo de 1950, a população do país somava 51.944.397, com a seguinte distribuição:¹⁰⁷

Branços	32.027.661	61.6%
Negros e mulatos	19.479.399	37.6%

Distribuição ocupacional:

Empregadores

Branços	82.66%
Negros e mulatos	15.58%

(de quase nenhuma significação econômica)

Distribuição educacional:

	<i>Elementar</i>	<i>Secundária</i>	<i>Universitária</i>
Branços	90.2%	96.3%	97.8%
Negros e mulatos	6.1%	1.1%	0.6%

Estes algarismos estão sujeitos às mesmas qualificações e limitações daquelas relativas às estatísticas mencionadas anteriormente. O primeiro tropeço está na ausência de informação sobre raça e/ou etnia nos censos realizados depois de 1950, prejudicando o exame e a configuração real da situação corrente; entretanto, para estas reflexões, usaremos os dados pesquisados naquele ano como uma espécie de parâmetro já que desde aquela data a estrutura sociorracial continua inalterada. Segundo, num país onde a população está condicionada pela preocupação de ser branca, a faculdade de cada recenseado declarar sua própria cor ou raça, significa que grande parte dos negros, assim como dos mulatos, tenham se declarado brancos. Seria, portanto, correto estimar em ao menos cinquenta por cento da população do Brasil como pertencente à raça

negra, usando-se o critério da classificação fenotípica, ou seja aquela baseada na aparência. Se nossa perspectiva, entretanto, observasse uma linha rigorosamente racial, classificaria todos os brasileiros com sangue de origem africana como negros, e chegaríamos à conclusão de que o Brasil é de fato um *país negro*. De fato e não de conceitos teóricos, já que perto de oitenta por cento da sua atual população de 110.000.000 de habitantes estão definitivamente "contaminados" com o sangue de origem africana; o Brasil se erige como o segundo maior país negro do mundo. Só excedido, em população de ascendência africana, pela Nigéria. E o que sugere imediatamente tal verificação? Simplesmente isto: que o Brasil é uma nação cuja maioria negra está sendo governada, por demasiado tempo, por uma minoria branca, a versão sul-americana da União Sul-Africana. Isto não vem, aliás, como uma real surpresa, se lembramos os vários exemplos, épocas e faces das íntimas relações do Brasil com a pátria do *apartheid*, pois o *apartheid* é uma política que é *separada*, mas, *igual* à "democracia racial" no Brasil. Separadas na geografia e nos respectivos métodos, porém iguais em seus efeitos funestos. Como Thales de Azevedo mostra:

Verificam-se discriminações indisfarçáveis em seus efeitos coletivos através da história nacional, no casamento, na admissão aos clubes e associações recreativas, nas irmandades, nas escolas privadas, nas ordens religiosas, em cargos e carreiras que têm sido privilégio das classes altas ou, pelo menos, dos socialmente brancos como a diplomacia, e as camadas mais elevadas da representação política, da governança, das forças armadas, do clero, do comércio, dos bancos, da indústria...¹⁰⁸

Anani Dzidzienyo em seu estudo diz o seguinte a respeito da posição oficial dos negros brasileiros relativamente ao controle de sua própria circunstância:

Atualmente a posição do negro no Brasil só pode ser descrita como sendo virtualmente fora da sociedade vigente. Ele é quase completamente sem representação em qualquer área envolvendo poder de decisão.¹⁰⁹

VIII. IMAGEM RACIAL INTERNACIONAL

A imagem racial internacionalmente projetada pelo Brasil oficial, entretanto, é outra bem diferente desta que acabamos de expor. Em 1968, para exemplificar, um delegado do Brasil nas Nações Unidas, durante a discussão da doutrina apartheista da África do Sul, afirmou o anti-racismo do país, declarando o seguinte:

Essa posição é conhecida e é invariável. Ela representa a essência mesma do povo brasileiro, que nasceu da fusão harmoniosa de várias raças, que aprenderam a viver juntas e a trabalhar juntas, numa exemplar comunidade.¹¹⁰

Esclareçamos de início que essa delegação se compunha exclusivamente de brancos; um dos setores tradicionalmente mais discriminadores contra negro é precisamente o Ministério de Relações Exteriores. Não temos embaixadores de cor negra e nem qualquer negro na função de representante diplomático, enquanto até os Estados Unidos, país notoriamente racista, delega a algumas dezenas de negros a chefia de suas missões diplomáticas em diversos países do mundo. A própria missão dos Estados Unidos junto às Nações Unidas está, no momento, encabeçada por um negro: o embaixador Andrew Young. A declaração do representante brasileiro não ultrapassa o significado de monótona reiteração de princípios, de caráter puramente formal; seu conteúdo demagógico é aquele mesmo que Joaquim Nabuco já denunciara no século passado. Declarações desse teor soariam como um insulto à inteligência da comunidade negra, se já não fossem, em si mesmas, um sintoma de insensibilidade moral e desprezo pelos direitos humanos dos afro-brasileiros, o que lhes tira significação ou valor diante da opinião progressista do mundo.

Interessante diagnóstico, no ziza que o Brasil se vê forçado na tentativa de mascarar a situação racial do país, se encontra no depoimento de Charles Wagley, professor da Columbia University. Ele foi um dos pesquisadores credenciados pela UNESCO para dirigir no Brasil uma investigação de relações raciais. Após o término de pesquisa o Professor Wagley contou o seguinte:

É curioso que, embora esses estudos da UNESCO tivessem sido motivados pelo desejo de mostrar uma visão positiva das relações raciais numa parte do mundo (i. e., no Brasil), de que se esperava pudesse o resto do mundo aprender alguma coisa, acabaram por modificar a opinião que o mundo tinha até então das relações raciais no Brasil.¹¹¹

Sucessos dessa natureza não surpreendem, se não perdemos de vista a imagem que o Brasil tão cuidadosamente (e inescrupulosamente) desde sempre tenta erigir para consumo dos círculos internacionais. Evoquemos um acontecimento de 1972. No Conselho Econômico e Social das Nações Unidas se apreciava relatório da UNESCO, no qual o Brasil e os Estados Unidos eram mencionados quando focalizava a *apartheid*. A reação da representação brasileira, como de costume, foi de enfática indignação. *O Estado de S. Paulo* reproduziu o seguinte telegrama de New York:

O breve relatório da UNESCO ao Conselho Econômico e Social baseou-se em dados do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro, colhidos em 16 de abril de 1966 a 19 de dezembro de 1967. O relatório menciona que a Lei 1.390, em vigor desde 3 de julho de 1951, considera delitos penais os atos motivados por preconceitos de cor ou raça, e proíbe a discriminação na matrícula de estudantes baseada em preconceito racial ou de cor. Contudo, o relatório alega que a lei não consegue impedir que os usos e costumes sociais - herdados da época da escravidão - provoquem uma discreta forma de discriminação racial, refletida especialmente no Sul do país, onde não há integração do negro na vida social brasileira.

O despacho telegráfico acrescenta que o delegado brasileiro às Nações Unidas escreveu uma carta de protesto ao Secretário-Geral, na qual

... o embaixador Frazão disse que o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais é uma organização de pesquisas cujas conclusões não podem ser aceitas como definitivas em todas as matérias. Frazão declarou que o governo brasileiro não endossa o ponto de vista segundo o qual o Brasil mantém usos e costumes sociais capazes de levar a concluir que

“existe no país alguma forma de discriminação racial.” O representante brasileiro disse ainda em sua carta: “A opinião contrária, de que o Brasil pode ser considerado um bom exemplo de integração racial e harmonia racial, parece refletir bem mais acentuadamente a realidade social do país.”¹¹²

Primeira observação: a carta do delegado brasileiro repete os chavões conhecidos, sem apresentar nenhum argumento válido em seu apoio: *segunda*: tenta desmoralizar o trabalho de pesquisa de uma agência se não oficial, pelo menos oficializada e merecedora de todo respeito e crédito; *terceira*: a pesquisa revelou fatos e realidades, os quais o delegado procura refutar com “ponto de vista” e “opinião contrária”; *quarta*: tudo se resume na velha denúncia do diplomata Joaquim Nabuco, ao afirmar que a mentira difundida do estrangeiro permite ao governo nada fazer no plano interno do país. Basta a solução do avestruz: enterrar a cabeça na areia movida dos sofismas...

No entanto, os sofismas e outras táticas da “magia branca” dos riobranquenses do Itamarati, não têm o poder de alterar a estrutura racista magistralmente descrita por Alvaro Bomilcar:

Os órgãos e instituições do poder público no Brasil, o governo, os legisladores, o sistema de justiça criminal, a polícia, os intelectuais, a imprensa, etc., lançam uma guerra contra os negros sem nenhuma piedade ou compaixão; uma guerra nunca de direta confrontação mas sutil e indireta, perseguição persistente e sem pressa dessas vítimas do destino, pervertendo ou negando a eles seus direitos civis, subvertendo seu direito à educação, negando-lhes assistência pública ou qualquer tipo de apoio oficial para custeio de educação ou subsistência.¹¹³

É oportuno aqui recordar o caráter das declarações de princípio do Brasil nas Nações Unidas com respeito ao colonialismo. Suas “posições”, “opiniões” e “pontos de vista” foram invariavelmente contra o colonialismo; quando, porém, da abstração e da teoria, se passava à votação de medidas concretas, particularmente durante o processo da descolonização da África, os registros das Nações Unidas mostram que a atitude do Brasil se apresentou consistentemente vacilante. Ou o Brasil votava contra ou se abstinha de votar, o que na prática se traduzia em apoio ao *status quo*. Dos governos brasileiros dificilmente se poderia esperar outra coisa, desde que eles tinham com Portugal salazarista até um acordo de consulta recíproca em assunto de política internacional. O país se achava atrelado às potências colonialistas. Não é fácil esquecer, então, a verdade contida na sentença de Octávio Ianni: “O Brasil é uma invenção do capitalismo europeu.”¹¹⁴

Foi considerando essas vacilações que o historiador José Honório Rodrigues, questionando suas vantagens, sugeriu uma política concebida para:

... recuperar o tempo perdido com o alinhamento com Portugal salazarista, desfazer a imagem colonialista que construímos na África.¹¹⁵

Quando se considera a duplicidade do comportamento brasileiro face às nossas relações de raça que vimos caracterizando nestas páginas, surge com toda a naturalidade a pergunta: até que extensão representa um gesto de amizade e de relações positivas, a preconizada política brasileira, em direção à África? Tudo não seria – como todas as indicações sugerem – mera tentativa de substituir a influência de Portugal colonialista, expulso da África pelas armas da libertação, por outra influência, desta vez de um neocolonialismo brasileiro? Não significaria o conteúdo dessa política a continuidade dos interesses econômicos, políticos e culturais daquelas mesmas classes que têm tradicionalmente se beneficiado com a opressão e a exploração dos africanos e seus descendentes?

Os participantes oficiais do Brasil no Colóquio do Segundo Festival de Artes e Cultura Negras em Lagos, janeiro de 1977, sustentaram a propagação dessa imagem internacional do país. Seus motivos? Os de sempre e os de agora, quando o Brasil realiza comércio altamente lucrativo de produtos industriais, com a Nigéria; quando companhias brasileiras de telecomunicação aumentam sua penetração nesse país, e firmas brasileiras concorrem para o muito disputado contrato de edificação da nova capital nigeriana; em resumo, num momento quando os interesses brasileiros na África de modo geral e em particular na Nigéria estão se tornando sempre mais evidentes e mais decisivos para a prosperidade das classes brancas dominantes do Brasil, seus representantes vêm a Lagos para reforçar a presença econômica brasileira e reiterar a notória imagem racial do país.

Nas palavras de Antônio de Figueiredo, observador do FES-TAC, no artigo já citado –

A presença brasileira correspondeu, portanto, às aspirações da sua diplomacia, atualmente lançada em aumentar a projeção do Brasil na África moderna e principalmente na Nigéria.

Para a consecução desta política de aproximação econômica e influência cultural, o Brasil tem inúmeras vantagens sobre a maioria dos países em processo de expansão. Não tem, por enquanto, um passado de implicações imperialistas como as potências européias e os Estados Unidos e, portanto, parece

oferecer possibilidades de um envolvimento menos perigoso; a sua condição tropical permite-lhe manter um enorme ascendente técnico em vários ramos vitais, desde a medicina à agricultura e engenharia civil, arquitetura e empreitada de construção de casas ar-condicionadas; a comunidade técnica dirigente brasileira, em Lagos já atinge as centenas; mas *igualmente importante*, claro, é a sua reputação de ser “a maior democracia racial do mundo” – um fato que alguns brasileiros tomam como sendo tão incontestável como a terra ser redonda e que muitos estrangeiros, e principalmente africanos, nunca viram contestado. (minha enfase)

IX. O EMBRANQUECIMENTO CULTURAL: OUTRA ESTRATÉGIA DE GENOCÍDIO

“Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro”¹² Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra – senha dêsse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação*, *aculturação*, *miscegenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes.

Em adição aos órgãos do poder – o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia – as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massas – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária; todos esses ins-

trumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa, e como criador e condutor de uma cultura própria. O processo de assimilação ou/ e aculturação não se relaciona apenas à concessão aos negros, individualmente, de *status* social, mas restringe sua mobilidade vertical na sociedade como um grupo; invade o negro e o mulato até à intimidade mesma do ser negro e do seu modo de auto-avaliar-se – capaz de provocar em Florestan Fernandes esta dramática interrogação:

...até que ponto o “negro” e o “mulato” estão socializados não só para *tolerar* mas também para aceitar como normal e até endossar as formas existentes de desigualdade racial, com seus componentes dinâmicos – o preconceito racial dissimulado e a discriminação racial indireta? ¹¹⁶

Eis aqui uma das razões por que, nas palavras de Anani Dzidziéno:

... não há provisões legais que forcem ele |o negro| a permanecer na posição desvantajosa; de fato não há necessidade para isso porque as estruturas econômica, social e política do Brasil são tais que, por sua própria natureza, operam contra os interesses dos negros. ¹¹⁷

A assimilação cultural é tão efetiva que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas. Examinaremos mais de perto os mecanismos desse desenvolvimento em capítulos posteriores. Tanto os obstáculos teóricos quanto os práticos têm prevenido os descendentes africanos de se afirmarem como íntegros, válidos, auto-identificados elementos da vida cultural e social brasileira. Pois realmente a manifestação cultural de origem africana, na integridade dos seus valores, na dignidade de suas formas e expressões, nunca tiveram reconhecimento no Brasil, desde a fundação colônia, quando os africanos e suas culturas chegaram ao solo americano. Sílvio Romero, notando as implicações de uma identidade cultural africana para o Brasil, registrou uma expressão que a um tempo explicava e prevenia o país oficial do seu tempo: “Nós temos a África em nossas cozinhas, América em nossas selvas, e Europa em nossas salas de visitas”. ¹¹⁸

Já tive oportunidade, em minha Carta Aberta ao I Festival Mundial de Artes Negras, 1966 ¹¹⁹, de manifestar repulsa aos propósitos agressivos da *assimilação* e da *aculturação*. O que coincide com o que observou Amílcar Cabral, herói da libertação de Guiné-Bissau, ao dizer:

... a dominação colonial tem procurado criar teorias, as quais, de fato, são apenas grosseiras formulações de racis-

mo. (...) Este, por exemplo, é o caso da chamada teoria da assimilação progressiva das populações nativas, o que acaba sendo unicamente uma mais ou menos violenta tentativa de negar a cultura dos povos em questão. ¹²⁰

!O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se se executasse o que havia predito a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. //

Tampouco na universalidade da Universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo europeu ou norteamericano se repete, e as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros.

Há toda uma encenação montada cujo escopo é dissimular a realidade concreta do ensino universitário. A Universidade da Bahia, por exemplo, mantém um Centro de Estudos Afro-Orientais o qual se integra na parafernália utilizada no desaparecimento dos descendentes africanos sob a égide da miscigenação. Em artigo publicado na revista oficial do Centro, *Afro-Ásia*, seu então diretor Waldir Freitas Oliveira redige a ideologia da instituição sob o título de *Considerações sobre o preconceito racial no Brasil* ¹²¹. Aqui temos um indisputável testemunho daquilo a que o Centro se propõe “estudar” e o que intenta combater: as poucas tentativas de autoafirmação dos afro-brasileiros. Acompanhando as sinuosidades da exposição de Waldir Oliveira, deparamos que após focalizar aspectos da nossa história, o autor chega à conclusão de que o preconceito racial existe entre os brasileiros “com profundas raízes e difícil de ser extirpado” (p. 17). Qual o remédio e a solução que Oliveira propõe? Nenhuma: isto seria ir contra os mandamentos de um “branco da Bahia”. Para estes, todos os casos e problemas de agressão ao negro, o caminho é a evasão e o endosso paternalista do ato agressor. Oliveira não peca contra os mandamentos, e se atira contra as vítimas – os negros. Calunia as poucas organizações que tentam se

opôr ao preconceito e à discriminação, e que se preocupam com a reconquista da identidade e dignidade do negro, taxando-as de "tendências desintegracionistas", as quais

... poderão evoluir no sentido da formação no Brasil de grupos raciais convivendo lado a lado, sem que venham a integrar-se definitivamente. O que poderá, num futuro longínquo, conduzir-nos a uma situação parecida com aquela na qual hoje se encontram os Estados Unidos ou a África do Sul. (p. 17)

É profundamente lamentável que o Centro ainda ignore que as populações negra e branca estejam há quatrocentos anos "vivendo lado a lado"; é uma pena que um centro dito de estudos não saiba que o negro e sua cultura sempre têm permanecido um estranho dentro da sociedade brasileira vigente, cujo único propósito, como o do próprio Oliveira, é que as populações afro-brasileiras desapareçam, sem deixar rastro, do mapa demográfico do país. Por causa de diversos fatores, inclusive a carência de poder, os negros têm sido obrigados a aceitar as imposições autoritárias da sociedade dominante, a ponto de permitir que a seu respeito se façam definições do tipo daquelas feitas por Oliveira. Quanto à comparação, num futuro longínquo, do Brasil com os Estados Unidos e África do Sul, Oliveira não precisa esperar tanto tempo para verificar que as condições, para o negro, são rigorosamente semelhantes; o que varia é mera questão de grau, e a aparência do sintoma. O fato concreto que nenhuma retórica acadêmica pode apagar: o negro no Brasil está sendo rapidamente liquidado nas malhas difusas, dissimuladas, sutis e paternalistas do genocídio mais cruel dos nossos tempos. Uma técnica genocida de fazer inveja ao Salazar, Vorster, e Smith...

Como um fanático zelador da nossa "democracia racial", Oliveira não economiza munição em sua ofensiva geral contra o

... pequeno grupo de intelectuais negros no Brasil, que agitando a bandeira de defesa do negro, *ainda ocupando na nossa sociedade os postos mais baixos e constituindo o grosso do nosso proletariado*, passa a uma posição de combate ostensivo ao branco, opondo-se inclusive à miscigenação, segundo eles, a mais eficiente arma dos brancos para anulá-los e manter a sua pretendida superioridade. Tal atitude reveladora de um nítido conteúdo racista, não pode deixar de constituir motivo de preocupação para todos aqueles que estudam e acompanham a evolução da nossa sociedade. (minha ênfase) (p. 17-18)

A "nossa sociedade" evocada por Oliveira nada tem a ver com a "nossa sociedade" formada de afro-brasileiros. Anteriormente já

demonstramos, até com estatísticas, a espécie de tratamento que o descendente africano recebe na escura Bahia que algum espírito sarcástico cognominou de "o estado africano" do Brasil! Pois até mesmo aqui a sociedade vigente escolheu negar seu destino "africano" e manter na periferia a maioria absoluta de negros e mulatos. Até mesmo aqui onde a cultura africana deitou raízes seculares, um descendente africano, para ter acesso em qualquer degrau da escada social, é porque já não é mais um negro: trata-se de um assimilado que deu as costas às suas origens, ou seja, um "negro de alma branca". Mesmo a prática religiosa tem resistido a terríveis pressões da sociedade (via polícia) e dos sacerdotes católicos. ¶

Por todos esses fatos tão ostensivos, conhecidos e analisados por vários estudiosos brasileiros e estrangeiros, sôa estranho que o diretor de uma instituição de "estudos africanos" tenha o despudor de afirmar, no mesmo estudo, que os negros ainda hoje ocupam "os postos mais baixos" em nossa escala social, e logo a seguir nega aos mesmos proscritos pelo racismo seu legítimo direito de autodefesa! E neste lance vemos configurado, na análise do próprio Oliveira, uma situação idêntica à da África do Sul: a minoria branca monopolizando todo o poder e dominando a maioria de descendência africana. A despeito da conclusão a que chegara, Oliveira insiste em negar ao afro-brasileiro a menor reivindicação de direitos. E nesta direção o Centro de Estudos Afro-Orientais se autodefine de utilidade sumamente precária: não passa de mais uma ferramenta de domesticação do negro. Seus estudos, análises ou pesquisas estão destituídos de qualquer sentido construtivo e válido. Aliás, para sermos exatos, devemos realçar não a inutilidade de tal agência, mas sua existência parasitária, nociva aos verdadeiros ideais de uma sociedade multirracial e multicultural que o Brasil pretende ser. Não é procurando fugir da solução dos problemas que se resolverá o conflito de raças latente entre nós. O Centro, na palavra desinibida do seu diretor, assume em nossos dias aquelas funções de tutela paternalista descritos anteriormente em relação ao padre Antônio Vieira.

Outro tanto se pode dizer do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. Seu vice-diretor, Fernando A. A. Mourão, apresentou ao Colóquio do Festac '77 um trabalho *The Cultural Presence of Africa and the Dynamics of the Socio-Cultural Process in Brazil* (A presença cultural da África e a dinâmica do processo sociocultural no Brasil).¹²² Com título tão ambicioso e extenso, o autor começa seu trabalho se referindo a certos "autores estrangeiros que focalizam o tema racial e alguns destes estão consideravelmente abertos a dúvida desde o ponto de vista científico." O profes-

sor Mourão não fornece os nomes dos autores incriminados e nem se apóia em transcrições de trechos das obras impugnadas. Assim procedendo Mourão lança a sua suspeita sobre todos os "autores estrangeiros", ato caracterizador do exercício de uma ciência bem pouco científica de sua parte. Entretanto é fácil perceber que os autores de duvidosa ciência, para Mourão, deverão ser aqueles que não se ajoelham aos pés dos ídolos científicos do conservadorismo retrógrado de certos *scholars* e cientistas sociais do país. Mourão é um porta-voz entusiástico dessa tendência acadêmica, embora procure se disfarçar com o recurso de uma linguagem confusa e rebarbativa. Ele se debate através do próprio labirinto de palavras escapistas, e no instante da decisão final, entre a cruz e Xangô – as ideologias raciais do Brasil e a posição africana – Mourão apenas consegue gesticular sobre o abismo. No caos "científico" que armou estão todas as afirmações, negações, e contradições imagináveis. Num determinado parágrafo a cultura africana resistiu às perspectivas da ocidentalização dominante, e já no seguinte,

Não é um assunto de permanência de cultura meramente em seus aspectos formais, permanência de formas em si, mas sem nenhuma grande significação aparte da função nova de tempo e assim tendo uma função puramente artificial. É a criação de uma cultura híbrida, sincronizada com um ritmo propriamente seu, o ritmo brasileiro, e dentro de uma porção de espaço que é caracterizado pelo desenvolvimento de uma sociedade nova, multirracial. (p. 15)

O leitor entendeu? Toda a tese está vasada nos moldes desta linguagem do mais transparente esoterismo – com que propósito? Seria exigência requerida pela terminologia "científica", decorrência de suas profundas elucubrações teóricas? Ou seria, noutra pauta de raciocínio, o inútil esforço de usar a linguagem como um véu ocultando a inutilidade e o vazio? Uma ilustração modelar daquilo que o chefe de estado nigeriano, General Olusegun Obasanjo, qualificou como "scholasticismo estéril".¹²³

A despeito da extremamente tortuosa e obscura qualidade do trabalho de Mourão, é possível discernir suas motivações básicas: uma tentativa de mostrar que elementos da cultura africana "se impuseram" sobre a sociedade brasileira em geral por um processo "independente da linha de côr"; não, entretanto, como uma autoconsciente e identificável herança africana, porém como um amálgama criado através de um processo de síntese com outros elementos culturais:

É agora nossa intenção demonstrar, através de uma análise do processo sociocultural brasileiro, independente do critério da origem étnica, a presença e a contribuição dinâmica e

plástica feita pelas culturas da África para o desenvolvimento de uma cultura tropical em curso de formação, estabelecendo o formato para um comportamento diferencial. (p. 4) O que além do mais parece bastante extraordinário é que elas acabaram se impondo e fazendo sua marca na sociedade global, criando uma nova sociedade global que não era soma de posições particulares adotadas mas síntese de um processo de miscigenação física e cultural que acabaria vencendo a totalidade das imposições do tipo colonial e ideologias exógenas de uma natureza referencial, reforçadas pela participação e comportamento dos imigrantes vindos da Europa. (p. 5)

A frase mais decifrável, no sentido de uma conclusão da tese, é esta: esta:

Enquanto, em outras partes do continente americano, há uma permanência característica de um grupo específico de raízes africanas, vivendo lado a lado com outros grupos ou através da integração dentro do grupo sociologicamente dominante, no Brasil o elemento africano jogou um papel-chave no processo de integração plural. (p. 16)

Mourão parte da presunção inicial de que "cultura brasileira" é, de certo modo, uma entidade a parte da cultura africana, e que esta *se impôs sobre* uma que lhe era anterior; isto supõe que a cultura africana não constituía uma parte integral do Brasil desde sua própria fundação. Temos aqui uma presunção que revela não apenas um preconceito ideológico como, principalmente, uma distorção do fato histórico. A "sociedade global", sobre a qual as culturas africanas teriam se imposto, não inclui, no conceito de Mourão, os africanos do país – conceito estranho quando consideramos que em 1600 o Brasil tinha duas vezes mais africanos do que portugueses. Essa "sociedade como um todo", onde as culturas africanas "marcariam", aparentemente se constitui, exclusivamente, de portugueses, que no início da colonização formavam 1/6 da população total (ver cap. V).

O cientista revela que a "nova sociedade global" se desenvolveu através de um processo de "integração plural" marcada, nos parece, por uma ausência singular de "posições particulares adotadas" ou de grupos dominantes. Seria uma síntese, digamos, extremamente "democrática". Para conceptualizar esse fenômeno, Mourão convenientemente ignora a motivação básica da miscigenação cultural: as autoridades brancas, usando a técnica antiga de divisão-e-conquista, decidiram sacrificar a pureza da cultura lusa à necessidade maior de dominar eficientemente as massas africanas, e

criaram "batusques", "nações", "fraternidades", e outras entidades capazes de fornecer controle social ao preço da "contaminação" da cultura dominante. Maliciosamente, ele esquece a predominância da Igreja Católica e sua intolerância às religiões africanas; o batismo forçado dos escravos e o saque policial dos terreiros. Contudo, Mourão omite, na sua alegação sobre "integração plural", a realidade histórica de que onde as culturas africanas se "impuseram" foi na conquista do lugar, dentro do contexto brasileiro, de cultura perseguida de um povo marginalizado.

Além desse preconceito inicial, a mais evidente característica do trabalho de Mourão é sua consistente e angustiada fuga da questão racial. Tenta confirmar a persistência no Brasil de traços culturais pertencentes à África, os quais "vieram a se destacar aparte de qualquer característica racial." (p. 14) Noutras palavras, esta cultura foi trazida para o Brasil não pelos negros africanos, mas por um ser abstrato, talvez aquele desraçado da *metarraça* inventada por Gilberto Freyre. Repetidamente Mourão fala em síntese "independente de linha de cor", ou "independente de origem étnica". Não explica, porém, como um processo de interação cultural entre etnias diferentes pode ter lugar deixando de lado as próprias etnias e sua imperativa interação social. No sentido de evitar a raça ou a "linha de cor", todo o processo é elevado a um nível tão abstrato e intangível a ponto de perder qualquer relação com a vida real dos afro-brasileiros. Evadindo-se Mourão do problema das relações humanas entre os portadores daquelas culturas, implica que o processo de síntese do qual ele reiterativamente fala deve ter ocorrido não numa sociedade de seres humanos, mas num mundo de espíritos localizado muito distante desta nossa terra humilde.

Situa-se nessa persistente evasão, como se raça fosse um tabu, da questão das relações humanas entre pretos e brancos, entre africanos e europeus, o aparente objetivo de tais centros impropriamente chamados de estudos africanos. A construção intelectual elaborada tanto no centro da Bahia quanto no de São Paulo, das quais acabamos de examinar rapidamente, não passam de autoglorificadas evasões dos problemas reais e imediatos de cerca de sessenta milhões de afro-brasileiros. Enquanto tais centros não oferecerem justificativa objetiva para qualquer alegação de que as relações de raça no Brasil são as ideais (aliás Waldir Oliveira forneceu ampla evidência de preconceito racial e discriminação), eles estão apenas mantendo um jogo artificial de raciocínio e de palavras na tentativa frustra de obnubilarem o dilema racial do país, dirigindo a atenção de estudantes e *scholars* para outras questões mais exotéricas e menos controversas.

X. A PERSEGUIDA PERSISTÊNCIA DA CULTURA AFRICANA NO BRASIL

Sempre que vemos estudado o tema das culturas africanas no Brasil, a impressão emanada de tais estudos é de que essas culturas existem porque receberam franquias e consideração num país livre de preconceito étnico e cultural. A verdade histórica, porém, é bem oposta. Não é exagero afirmar-se que desde os inícios da colonização, as culturas africanas, chegadas nos navios negreiros, foram mantidas num verdadeiro estado de sítio. Há um indiscutível caráter mais ou menos violento nas formas, às vezes sutis, da agressão espiritual a que era submetida a população africana, a começar pelo batismo ao qual o escravo estava sujeito nos portos africanos de embarque ou nos portos brasileiros de desembarque. As pressões culturais da sociedade dominante, embora seus propósitos e esforços, não conseguiram, entretanto, suprimir a herança espiritual do escravo, como ocorreu nos Estados Unidos onde apenas sobreviveram alguns elementos culturais. Mas essa incapacidade de aniquilar definitivamente a vitalidade cultural africana que se expandiu por vários setores da vida nacional não pode ser interpretada como concessões, respeito ou reconhecimento por parte da sociedade dominante. Entre os instrumentos usados pelo poder escravizador está a Igreja Católica que, absolutamente, não é responsável pela persistência das religiões de origem africana na chamada América Latina: Haiti, Cuba e Brasil, entre outros. Essa Igreja possuiu escravos com fins lucrativos, e constantemente perseguiu e atacou as crenças religiosas africanas durante séculos, até os dias atuais. Apesar, e não devido à Igreja Católica, algumas religiões africanas puderam persistir em sua estrutura completa, enquanto outras sobreviveram através de certo elemento ritual e de uma ou outra divindade cujo

culto se manteve. Entretanto, a manifestação espiritual africana não se circunscrevia ao domínio religioso, mas também abrangia outras formas de celebrações e festejos populares. É o caso, por exemplo, dos autos populares dos Congos, do Bumba-Meu-Boi, dos Quilombos, etc., através dos quais os negros reproduzem formas tradicionais africanas adaptadas ao novo ambiente, ou então infundem a formas culturais estrangeiras um espírito africano, adaptando-as ou reduzindo-as ao seu parâmetro cultural.)

Bastante diversificadas, variando em graus de desenvolvimento, características e aparências, as culturas africanas possuem, no entanto, um fundamento básico comum que as identifica como culturas irmãs, inconfundíveis quando interagem com as culturas de origem européia ou indígena. Vamos recorrer a uma classificação de Artur Ramos¹²⁴ das culturas que permaneceram:

- a) Culturas Sudanesas: representadas primariamente pelos povos Yoruba da Nigéria, os Gêges do Daomé (Benin), os Fanti e Ashanti da Costa do Ouro (Gana) e alguns grupos menos relevantes;
- b) Culturas Guineo-sudanesas, islamizadas, principalmente originadas dos Peuhl, Mandingas, e Haussas da Nigéria nortista;
- c) Culturas Bantu, representadas pelo grupo étnico Angola-Congo, e por aqueles vindos da chamada Contracosta.

Nem todos os africanos condutores dessas culturas e seus descendentes estavam em condições de manter vivas e desenvolver suas respectivas contribuições à cultura do novo país, na medida em que eles próprios se achavam sob terríveis condições. Vítimas permanentes da violência, suas instituições culturais se desintegraram no estado de choque a que foram submetidas. As línguas africanas – expressão fundamental da visão-de-mundo de suas respectivas culturas – foram destruídas, com raras exceções para fins rituais. O racismo, exatamente como classifica as raças em “superior” e “inferior”, emprega idêntico critério para rotular as línguas em “inferior” e “superior”. Nesta linha de razões Gilberto Freyre considera:

É evidente que a colonização européia deu a esse novo tipo de cultura um instrumento de intercomunicação, que só uma nação européia já unificada e já literariamente desenvolvida lhe poderia ter dado: a língua.¹²⁵

O *Candomblé* é o nome que recebeu a religião dos povos Yorubas, trazida da Nigéria para o Brasil. Porém o *candomblé* inclui variações de outros grupos culturais vindos da África, tais como os Ewe (Gêges) do Benin, Angola-Congo e outros ramos Bantu. Culto

dos Orixás, o *candomblé* resistiu e conservou intato seu corpo de doutrina, sua cosmogonia e teogonia, o testemunho dos seus mitos vivos e presentes. Na concepção do meu colega Olabiyi Babalola Yai, da Universidade de Ifé, o *candomblé*, cuja mensagem no Brasil é essencialmente a mesma como na África, significa

Uma religião na qual nem o inferno nem o diabo têm lugar e que não aflige a vida do homem com um pecado original do qual se deve purificar, mas que convida o homem a sobrepujar suas imperfeições graças ao seu esforço, aos esforços da comunidade e aos orixás.¹²⁶

Constituindo a fonte e a principal trincheira da resistência cultural do africano, e o ventre gerador da arte afro-brasileira, o *candomblé* teve de procurar refúgio em lugares ocultos, de difícil acesso, a fim de suavizar sua longa história de sofrimentos às mãos da polícia. Seus *terreiros* (templos) localizados no interior das matas ou disfarçados nas encostas de morros distantes, nas freqüentes invasões da polícia, tinham confiscados esculturas rituais, objetos do culto, vestimentas litúrgicas, assim como eram encarcerados sacerdotes, sacerdotisas e praticantes do culto. Uma anônima poesia popular de negros nos informa o tratamento que a polícia dispensava aos sacerdotes da religião africana:¹²⁷

Dá licença Pai Antônio,
Eu não vim te visitá
eu estou muito doente,
o que quero é me curá.
Se a doença fôr feitiço
me cura no seu Congá;
Se a doença fôr de Deus...
Ah! Pai Antônio vai curá!
Coitado de Pai Antônio
Prêto velho rezadô,
Foi parar numa prisão,
Ah! por não ter um defensorô.
Pai Antônio na Quibanda...
É curadô!
É pai de mesa, é rezadô!
É pai de mesa, é rezadô!
Pai Antônio da Quibanda
é curadô!
Povo de Umbanda!
Povo valente!
Rei de Congo!
Meu pai chegou!

Como resultado direto da perseguição policial aos candomblés se criou até uma nova categoria na hierarquia sacerdotal dos terreiros: o *ogan*. Os *ogans* funcionam como espécie de patronos honorários do candomblé, em geral pessoas com prestígio bastante para proteger o *terreiro*, seu corpo sacerdotal, e seus frequentadores-crentes, da violência costumeira das autoridades públicas. É comum também que os *ogans* defendam o candomblé da tradicional inimizade da Igreja Católica; eles socorreriam ainda o *terreiro* em suas dificuldades financeiras. Usualmente, sendo o o *ogan* uma pessoa influente na comunidade dominante, teria que ser em sua maioria pessoas brancas. Seja qual fôr a boa intenção desses “patronos”, a origem e existência dos mesmos como um fenômeno social implicitamente documentam as dificuldades que se erguem no caminho das religiões afro-brasileiras.

A interferência atemorizadora e confusionista das autoridades públicas, tem ainda imposto o deslocamento freqüente de sacerdotes e sacerdotisas a fim de evitar prisões e perseguições. Roger Bastide reconta o seguinte resultado das suas pesquisas afro-brasileiras:

Com a perseguição da polícia muitos pais-de-santo ou muitas mães-de-santo rumam para regiões mais hospitaleiras; encontrei na Bahia pernambucanos que haviam preferido emigrar a abandonar sua fé; Don a P. foi para Alagoas. Antigamente era o contrário que acontecia: fugia-se de Alagoas, onde a perseguição alcançava o auge, para o Recife, onde por essa época os terreiros desfrutavam da proteção médico-policial.¹²⁸

O indicador final e sintomático do *status* das religiões afro-brasileiras na sociedade do país está na exigência que dura séculos, de serem os seus templos as únicas instituições religiosas no Brasil com registro obrigatório na polícia. Esta medida de caráter compulsório continua vigorando atualmente em todos estados da República exceto na Bahia, cujo Governador, um ano atrás, revogou aquela exigência pelo decreto 25.095, de 15 de janeiro de 1976. O próprio texto do decreto é amplamente informativo sobre a natureza desta exigência ainda em vigor na grande maioria dos estados brasileiros. Transcrevemos na íntegra o texto, publicado no *Diário Oficial* de 16 de janeiro de 1976:

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO que, na expressão “sociedades afro-brasileiras para atos folclóricos”, a que se refere a Tabela I, anexa à Lei Nº 3.097, de 29 de dezembro de 1972, se tem identificado para fins de registro e controle nela previstos, as entidades que exercitam o culto afro-brasileiro, como forma exterior da religião que professam;

CONSIDERANDO que semelhante entendimento se não ajusta no sentido e alcance da lei, sendo antes antagônico ao princípio constitucional que assegura a liberdade do exercício do culto;

CONSIDERANDO QUE É DEVER do poder público garantir aos integrantes da comunhão política que dirige, o livre exercício do culto de cada um, abstando quaisquer embaraços que o dificultam ou impeçam;

CONSIDERANDO AFINAL que, se assim lhe incumbir proceder para com todas as crenças e confissões religiosas, justo não seria que também não fizesse em relação às sociedades do culto afro-brasileiro, que de idêntico modo têm a liberdade de regerem-se de acordo com sua fé.

DECRETA:

Art. 1º – Não se incluem, na previsão do item 27 da Tabela nº I, anexa a Lei 3.097, de 29 de dezembro de 1972, as sociedades que pratiquem o culto afro-brasileiro, como forma exterior da religião que professam, que assim podem exercitar o seu culto independentemente de registro, pagamento de taxa ou obtenção de licença junto a autoridades policiais.

Art 2º – Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de janeiro de 1976.

ROBERTO FIGUEIRA SANTOS
LUIZ ARTHUR DE CARVALHO

Através desse texto somos informados que durante séculos, até mesmo na Bahia, onde a população afro-brasileira constitui mais de setenta por cento da população total do estado, a religião desta maioria esteve sujeita ao registro na polícia e ao pagamento de taxas de licenças para o funcionamento dos *terreiros*, além, naturalmente, da sujeição ao controle das autoridades. Note-se ainda que tais exigências, ainda vigentes no resto do Brasil, são de fato anti-constitucionais, conforme assinala o *considerando* do governador.

A “sobrevivência” de traços culturais africanos, segundo nossa breve discussão no Capítulo II, tem sido perigosamente manipulada por estudiosos para servir como “demonstração” da essência não-racista e “harmoniosa” da civilização brasileira. Esta seria supostamente aberta a “todas contribuições, sem qualquer distinção,

sejam elas européias, ameríndias ou africanas”, nas palavras de Pierre Verger.

Estes defensores do processo cultural do Brasil estão unidos por uma forte aparência comum: sua ênfase na palavra e na condição *subreptícia*, na *clandestina* natureza do processo de “sobrevivência” dos traços da cultura africana no Brasil. Gilberto Freyre serve como exemplo. Ele considera a “infiltração” africana na religiosidade brasileira¹²⁹ como excepcional valor da sociedade e da cultura dominantes. Seu racismo velado reitera e insiste no conceito de *infiltração*:

As *infiltrações* africanas, na religião como na culinária, na música, na escultura, na pintura de origem européia, representam não uma degradação desses valores mas um seu enriquecimento.¹³⁰ (ênfase minha)

Por debaixo da abundante generosidade concedida aos valores africanos, as implicações do conceito de infiltração emergem, também abundantemente, óbvias: elas denunciam a natureza subterrânea e a condição marginal, fora-da-lei, do que *infiltra*. Temos aqui simultâneas a melhor ironia e a pior hipocrisia, pois do mesmo momento que tais estudiosos estão tentando demonstrar a completa aceitação e os braços abertos da sociedade brasileira, que supostamente não consideraria vergonha nem estigma as suas raízes africanas, ao mesmo tempo dizíamos, eles tácita ou abertamente demonstram o contrário, isto é: que a civilização brasileira nunca aceitaria a contribuição africana caso a mesma não se tornasse sutil, disfarçada, atuando no *underground*. Pierre Verger nos fornece outro ilustre raciocínio quando cita Luis Viana Filho e diz que

A sociedade brasileira, *sem perceber*, assimilou o que lhe tinha sido ensinado pelo escravo negro. Como um corpo altamente organizado abraçando as normas portuguesas, ela permaneceu inconsciente deste contágio. Ela nem mesmo admitiria para si própria que esta qualidade de influência, originária de criaturas de tão baixa posição e de uma tão estranha e distante origem, estivesse no reino das possibilidades. Apesar disso, a influência africana se fez sentir vagorosamente, *imperceptivelmente*, tão mais eficaz quando lhe faltava o caráter de um planejado e deliberado esforço, o qual sem dúvida teria suscitado forte oposição.¹³¹ (ênfase minha)

Estes testemunhos dificilmente poderiam ser considerados a descrição de uma cultura aberta a todas influências sem distinção. E ainda Verger tira precisamente desse tipo de raciocínio a conclusão da porosidade e abertura da cultura brasileira, para as quais não economiza elogios. Olabiyi Babalola Yai muito perceptivamente agarra o preconceito fundamental desses estudos:

É grande a tentação, em situações de diversidade cultural como a do Brasil, de uma cultura se erigir em cultura dominante e procurar assimilar as outras. Antropólogos positivistas, vítimas e/ou cúmplices da ideologia oficial e da tradição assimilacionista lusa herdada dos latinos, gostam de falar da contribuição africana para o enriquecimento da cultura nacional brasileira, como se esta fosse anterior à chegada de elementos culturais africanos adventícios. Depara-se aí com uma atitude que Robert Janlin tão bem denominou de “o direito de vida concedido a outrem, sob a condição de que se torne o que somos.”¹³²

Aliás, esta é a questão que se apresenta: o que é exatamente esta “cultura brasileira” tão porosa a todas influências? As culturas africanas chegaram ao Brasil com a própria fundação da colônia, e pela força dos números – os africanos eram majoritários – elas eram as culturas dominantes. A “sociedade brasileira” referida por Viana Filho é um grupo pequeníssimo de portugueses, cujas “normas” dominavam apenas pela força das armas. Uma “sociedade brasileira” que não incluía 85% da população do país. Assim fica claro que o conceito da benevolente cultura branco-européia “aceitando sem distinção” as “infiltrações” africanas está historicamente falando de uma construção extremamente artificial.

A sociedade dominante no Brasil praticamente destruiu as populações indígenas que um dia foram majoritárias no país; essa mesma sociedade está às vésperas de completar o esmagamento dos descendentes africanos. As técnicas usadas têm sido diversas, conforme as circunstâncias, variando desde o mero uso das armas, às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama *assimilação*, outra hora *aculturação* ou miscigenação; outras vezes é o apelo à unidade nacional, à ação civilizadora, etc., etc., etc.⁶ Com todo esse cortejo genocida aos olhos de quem quiser ver, ainda há quem se intitule de cientista social e passe à sociedade brasileira atestados de “tolerância”, “benevolência”, “democracia racial” e outras qualificações virtuosas dignas de elogios. Certo: que os serviços da ideologia dominante continuem exercendo sua perversão da realidade. Cumpra a nós, os negros, que em vários estados somos a maioria da população (Bahia: 70.19%, Sergipe: 60.19%, Maranhão: 66.03%) conceder a essa qualidade de estudos e estudiosos o que eles merecem: o nosso desprezo.

XI. SINCRETISMO OU FOLCLORIZAÇÃO?

A fertilidade racionalizadora do racismo brasileiro não tem limites: é dinâmica, polifacética e capaz das manipulações mais surpreendentes. No rol destas últimas figura o chamado "sincretismo religioso". Segundo a imagem que este mito pretende transmitir, as religiões africanas, ao se encontrarem no Brasil com a religião católica, ter-se-iam amalgamado ou se fundido naturalmente, intercambiando influências de igual para igual, num clima de fraterna compreensão recíproca. Entre outros, Roger Bastide demonstrou exaustivamente o contrário; que longe de resultar de troca livre e de opção aberta, o sincretismo católico-africano decorre da necessidade que o africano e seu descendente teve de proteger suas crenças religiosas contra as investidas destruidoras da sociedade dominante. As religiões africanas efetivamente postas fora da lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização. O catolicismo, como a religião oficial do Estado, mantinha o monopólio da prática religiosa. Os escravos se viram assim forçados a cultivar, aparentemente, os deuses estranhos, mas sob o nome dos santos católicos guardaram, no coração aquecido pelo fogo de Xangô, suas verdadeiras divindades: os Orixás. Bastide nos diz que o "sincretismo é simplesmente uma máscara posta sobre os deuses negros para benefício dos brancos".¹³³ Os negros fizeram uma inversão na fórmula e sacaram dela resultado positivo à preservação e continuidade da sua religião. Tem sido o sincretismo mais outra técnica de resistência cultural afro-brasileira do que qualquer das explicações "científicas" propagadas com fito domesticador. Estas ignoram a exigência prévia, para a ocorrência de um efetivo sincretismo, das condições que assegurem a espontaneidade e liberdade

daqueles que fazem intercâmbio. Como é que poderia uma religião oficial, locupletada no poder, misturar-se num mesmo plano de igualdade, com a religião do escravo negro que se achava não só marginalizada e perseguida, mas até destituída da sua qualidade fundamental de religião? Somente na base flagrantemente violenta de imposição forçada poderia ter sucesso o sincretismo das religiões africanas com o catolicismo. Isto foi o que realmente aconteceu, e os testemunhos documentando este fato são muitos. Para manter uma completa submissão do africano o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas acorrentar também seu espírito. Para atingir este objetivo se batizava compulsoriamente o escravo, e a Igreja Católica exercia sua catequese e proselitismo à sombra do poder armado. Mudam-se os tempos mas não o tratamento dispensado ao negro pela sociedade brasileira: hoje, em vez do batismo compulsório, temos a "democracia racial" compulsória cujos mandamentos são impostos pela ameaça policial, pela Lei de Segurança Nacional, e todo um cortejo de instrumentos legais e ilegais para amedrontar e dissuadir aqueles que não querem rezar pelo catecismo oficial...

Só merece o nome de *sincretismo* o fenômeno que envolveu as culturas africanas entre si, e entre elas e a religião dos índios brasileiros. Na Bahia, há candomblé de várias origens; o candomblé de origem angolana e congoleza usa, por empréstimo, elementos rituais e de organização sacerdotal do culto yoruba. Entretanto, com Bastide observamos que os espíritos bantus ainda continuam preservados

... em correspondência direta com as deidades Yorubas, igualmente como se houvesse algum dicionário que sancionasse uma recíproca transferência entre uma e outra religião. Assim, Xangô, o deus-trovão Yoruba, é identificado pelos angolanos com *Zaze*, *Kibuko-Kiassubanga*; e pelos congolezes como *Kanbaranguanje*. Identicamente o deus Yoruba da medicina e da cura é identificado pelos angolanos como *Camungo*, *Cajanja*, e pelos congolezes como *Quingongo*. Entre os bantus Oshunmaré, o arco-iris, torna-se *Angorô*, e Oxalá, o deus-céu, *Cassumbeca*, enquanto Exu reaparece como o angolano *Aluvia* e o congolês *Bombonjira*.¹³⁴

Embora a religião Yoruba claramente predomine nesse contexto afro-brasileiro, a importância das religiões de outras procedências africanas não deve ser subestimada. O encontro das religiões africanas com a religião nativa dos indígenas manifesta-se nos *terreiros de caboclos*, onde o culto mistura os dois sistemas espirituais. Roger Bastide minuciosamente estabeleceu um quadro mostrando

as deidades correspondentes entre oito grupos no Brasil: Yoruba, Fon, Ketu, Angola, Congo, Tapa, Caboclo e Cabinda. Presentemente pelo menos cinco grupos estão representados no culto afro-brasileiro: Bantu, Ketu, Ijesha, Ewe e Yoruba.¹³⁵

As diferenças que se notam nas expressões das religiões afro-brasileiras e em sua sincretização obedecem exigências culturais específicas oriundas das diferentes áreas geográficas: o culto afro-brasileiro prevalescente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e adjacências denomina-se *macumba*. Embora progressivamente a macumba assimile a religião indígena, yoruba, elementos do catolicismo e do espiritismo cardecista, a influência bantu permanece a mais ponderável. No estado do Rio Grande do Sul, a religião afro-brasileira próxima à *macumba* é o *batuque*. Enquanto no estado de Pernambuco, mais ligado ao candomblé, o culto denomina-se Xangô, no estado do Maranhão, com prepoderante influência dos Fon (Daomé, hoje Benin) é conhecido como *tambor-de-minas*.

Outra variação que ultimamente vem se expandindo com velocidade, sobretudo nos estados do sul, é a *Umbanda*. A influência predominante é a bantu, porém a composição inclui elementos de origem indígena, espiritismo cardecista, hindu, chinesa, e outras menos significativas. Seu crescimento rápido é notado não só no Brasil, como também noutros países da América. As raízes africanas da Umbanda são profundas e básicas.

Sincretismo entre diferentes religiões africanas e cultos dos índios brasileiros vem se constituindo um processo de natureza inteiramente diferente daquele ocorrido com o catolicismo – a despeito da usual e artificial identificação de ambos processos cometida por vários estudiosos. O professor Wande Abimbola, da Universidade de Ifé, bem conhecido internacionalmente como um expositor do corpo literário de Ifá, assinala a diferença fundamental entre aquelas duas relações, em seu relatório após visitar o Brasil:

A religião tradicional africana não se considera, opostamente ao cristianismo, como o único caminho conduzindo à salvação. Os tradicionalistas africanos respeitam a fé dos outros como igualmente autênticas, e como uma experiência na qual eles mesmos podem tomar parte.¹³⁶

A Igreja Católica, entretanto, não comete esse pecado, praticando tal tipo de coexistência pacífica. Citemos um exemplo para ilustrar: o bispo do estado do Espírito Santo certa vez, após assistir a uma cerimônia bantu chamada, na época, *Cabula*, pronunciou uma sentença de anátema contra ela.¹³⁷ Noutras ocasiões o catolicismo se manifestou fortemente contra o fenômeno do sincretismo, taxando-o de uma forma herética ou manifestação de bárbaro pa-

ganismo. Assim considerada, a cerimônia da lavagem da Igreja do Bonfim, esteve proibida durante longo tempo; os negros da Bahia estavam talvez reatando a continuidade de místicas celebrações à Obatalá, mas para as autoridades eclesiásticas tudo não passava de ritual pagão. É a lavagem só voltou a ser feita novamente quando os proibidores perceberam a inutilidade da medida que absolutamente não ebfraquecia a fé dos crentes em seus Orixás.)

Uma recente amostra da “abertura” católica ao sincretismo teve lugar em São Paulo, há cerca de dois anos, quando a secretaria de Turismo instituiu o Dia de Oxosse e o Dia de Ogum. O arcebispo de São Paulo, em coro com *O Estado de S. Paulo*, denunciaram a iniciativa como profundamente atentatória ao espírito cristão, não poupando palavras de desprezo às religiões africanas. Mesmo em se tratando, como era o caso, de uma apropriação indébita dos deuses africanos pela indústria oficial do turismo...

Queremos registrar um derradeiro fato documentado pela *Folha de São Paulo* a 13 de fevereiro de 1977, em reportagem intitulada: “Padre não quis ver Xangô”.¹³⁸ Resumindo os acontecimentos a reportagem relata as providências tomadas pelos membros de um candomblé para a realização de uma missa, na Igreja do Rosário, edificada pelos escravos e seus descendentes no século passado. Pertenciam à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, instituição sobre cuja natureza fizemos referência no capítulo II. Um templo mais do que apropriado para a cerimônia projetada. Mas, apesar de sua antiga e profunda relação com a comunidade negra, o templo não estava disponível para aquela celebração, conforme divulgou a reportagem, que trazia o expressivo subtítulo “Proibida na igreja, a missa foi rezada no terreiro”:

“Missa com iê-iê-iê pode, com candomblé não”. Assim o ogan do terreiro do Ache Ile Oba, José da Silva, comentou ontem a decisão do padre Rúbens de Azevedo, da igreja do Rosário, no largo do Paissandu, de não officiar a missa em comemoração à inauguração do maior terreiro de candomblé do Brasil. Um pouco antes, ele havia recebido de volta os 190 cruzeiros pagos pela missa, que seria acompanhada por órgão e violinos.

Imediatamente após a celebração da missa matinal, o padre Rubens se retirou da Igreja, preocupado provavelmente com a advertência da Cúria Metropolitana de que ele teria que arcar com as conseqüências, caso a missa fosse realizada. O cancelamento da missa, entretanto, não impediu que os seguidores do candomblé se dirigissem para o largo do Paissandu, e, junto ao monumento da Mãe Preta, depositassem

um ramalhete de rosas. Por advertência de um tenente do DSV, as filhas-de-santo, trajadas à maneira baiana, desistiram de entoar os cânticos da seita. E a cerimônia ter-se-ia limitado a um discurso do vice-presidente da Confederação de Umbanda e Candomblé e ao repicar de alguns rojões, se o bispo da Igreja Católica Reunida não tivesse concordado em celebrar uma missa no terreiro que iria ser inaugurado à noite, na Vila Fachini.

Não só se negou a própria igreja da comunidade para o que seria uma prática “sincretica” como, além do mais, as pessoas que se dirigiram ao templo foram pela polícia proibidas de, ainda nas ruas, entoarem seus cânticos rituais – proibição que nunca é imposta aos celebrantes e participantes das missas ao ar livre e das procissões católicas que freqüentemente se espalham em longos e cantantes desfiles pelas ruas das cidades de São Paulo e de todo o país.

O falso caráter deste chamado “sincretismo” pode ser também claramente percebido no tratamento desdenhoso dispensado às religiões africanas por seus supostos parceiros de sincretismo: os católicos brancos, e os estudiosos. As concepções metafísicas da África, seus sistemas filosóficos, a estrutura de seus rituais e liturgias religiosos, nunca merecem o devido respeito e consideração como valores constitutivos da identidade do espírito nacional. E desprezando a cultura que os africanos trouxeram, os europeus reforçaram a teoria e a prática da rejeição étnica. Todos os objetivos do pensamento, da ciência, das instituições públicas e privadas, exibem-se como provas desta conclusão. Nada melhor para isso que invocar o pioneiro dos estudos afro-brasileiros, Nina Rodrigues, por causa do prestígio que ainda desfruta – a despeito da objeção de Guerreiro Ramos, – que afirma: “Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época em que viveu. Não há exemplo, no seu tempo, de tanta basbaquice e ingenuidade. (...) sua obra, neste particular, é um monumento de asneiras.”¹³⁹ Em seu livro *Os Africanos no Brasil*, Nina Rodrigues usa teorias do cientista europeu Lang a fim de caracterizar o africano como um selvagem. Desde o ponto-de-vista psicológico, afirma Rodrigues, “ele mostra uma consciência obscura”; de uma perspectiva social, ele preservou concepções baseadas no “totemismo”.¹⁴⁰ A referência às leis “totêmicas” é só uma na miríade de expressões de desprezo vigentes no dicionário da ciência de caráter imperialista. Há a tendência entre certos *scholars* e “cientistas” de rotular o candomblé como “fetichismo”, magia negra, superstição, animismo, e outras pejoratividades idênticas àquelas que mencionamos rapidamente em páginas anteriores dedicadas ao estudo do Dr. George Alakija. É a linguagem de quem não compreende e desdenha. Inca-

paz de penetrar no sistema de pensamento atrás dos rituais, tentam destruir tudo. Isto com a ajuda do sistema de pensamento europeu ou ocidental que se tem imposto através da coerção, às vezes até com o emprego da força armada, entre outros recursos, o que significa um verdadeiramente subversivo elemento dentro do chamado processo de assimilação, aculturação e do sincretismo.